



# RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO 2020

Reportado à 31 de Dezembro de 2020



# QUIQMola



**MAIS  
DINHEIRO  
PARA SI  
MAIS TEMPO  
PARA PAGAR**

**ATÉ 250 MIL METICAIS  
PARA PAGAR EM SEIS MESES.**



Aceda às plataformas, siga os passos e já está.

\*555#  
QuiQ



NETPLUS



NETPLUS APP

Standard Bank **É POSSÍVEL**

**Termos e condições aplicáveis.**

Pagamento em prestações mensais durante 6 meses, com taxa de juro mensal de 1.98%.

Depois TAEG 23,65%. Para mais informações Ligue 800 412 412 ou dirija-se à agência mais próxima.



# RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Standard Bank, S.A. mantém capital suficiente para cobrir as eventuais perdas de valor dos seus activos, garantindo a sua solvência, seja por motivos de gestão de risco, seja por motivos regulamentares. Tal é alcançado através da incorporação, de forma regular e sistemática, de uma proporção significativa dos seus resultados líquidos anuais nos seus fundos próprios.

A margem de capital é particularmente relevante no contexto da pandemia de covid-19. As consequências desta pandemia ditam o reposicionamento do banco para apoiar os seus clientes por ela impactados, minimizando os efeitos macroeconómicos causados pelo declínio da sua actividade, na medida do possível. Os prováveis choques macroeconómicos resultantes da insegurança militar no Norte do país colocam o banco em alerta sobre o potencial aumento no consumo de capital, na lucratividade e na garantia do retorno sobre o capital investido.

A margem de capital é fixada pelo banco, tendo em consideração todos os seus riscos relevantes, a forma como estes estes são geridos e mitigados e os resultados dos testes de esforço e os requisitos regulamentares. Este processo serve para assegurar que o Standard Bank, S.A. tenha capital suficiente para suportar perdas graves que possam surgir num cenário de esforço.

O banco identifica, mensura, controla e gere os principais riscos de forma a que a sua mitigação seja efectiva e dentro da sua apetência pelo risco, criando parâmetros que permitam um equilíbrio entre este e o retorno esperado.

A gestão do risco é coordenada pela Direcção de Risco, sendo que a responsabilidade global pela gestão do risco no banco cabe ao Conselho de Administração através do seu papel de supervisão e, este por sua vez, delega determinadas responsabilidades pela gestão de risco às suas sub-comissões, de acordo com as políticas definidas pelo Conselho de Administração.

Os principais riscos, incluindo as subcategorias de riscos, a que o banco se encontra exposto, com maior relevância para a sua actividade, são o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco de negócio.

O risco de crédito recebe um alto grau de atenção e monitoria por parte do banco, dado o seu elevado nível de consumo de capital, tornando-o assim, o maior risco a que o banco está exposto. A gestão do banco garante que são alocados recursos suficientes para a sua mitigação, sendo que a definição de limites operacionais de crédito a níveis muito granulares dentro da carteira, permite aos gestores de crédito identificarem tendências negativas atempadamente e colocar em prática as devidas medidas de mitigação. Aliás, ainda considerando o impacto da covid-19, o nível de incumprimento da carteira de crédito está dentro do apetite de risco definido.

Na categoria do risco operacional, um especial destaque vai, por um lado, para o risco cibernético (acontecimento externo) que tem estado a ganhar maior relevância no sistema financeiro moçambicano, com relatos cada vez mais frequentes de incidentes de fraude afectando as contas dos clientes, resultando num elevado impacto negativo a nível dos resultados, bem como a nível reputacional. Dado o cada vez mais elevado nível de uso das plataformas electrónicas para a efetivação de transacções financeiras, acelerado em parte pela eclosão da pandemia da covid-19, a gestão do risco cibernético tonou-se ainda mais crucial.

Como forma de mitigar estas ameaças ou riscos cibernéticos, existem na estrutura organizacional do banco unidades que gerem o risco cibernético e são responsáveis por garantir a efectividade dos controlos nas várias linhas de defesa. São igualmente publicadas de forma regular campanhas de sensibilização de ciber-segurança, bem como são efectuados testes à sua capacidade com exercícios de simulação de intrusão.

No âmbito do risco de negócio, com ênfase para o risco reputacional, e reconhecendo que as actividades e eventos externos relacionados com o banco desempenham um papel importante na forma como são percebidos pelas partes interessadas, o banco criou uma equipa de gestão de crise, bem como ferramentas de monitoria e recursos humanos que detectam as publicidades negativas ou ilegítimas sobre o Standard Bank, S.A.

Apesar dos choques macro-económicos o banco continua resiliente e espera manter uma posição forte ao nível dos vários indicadores de resultados, liquidez e capital, cumprindo com os requisitos regulamentares, ao mesmo tempo que espera manter-se dentro dos níveis de apetência pelo risco.

Assim sendo, a gestão de risco do Standard Bank, S.A. é considerada apropriada e responde aos requisitos de gestão efectiva de risco, tendo uma base assente na mitigação e prevenção de eventos de risco, que possam expor o banco à uma situação de deterioração da sua posição de capital e liquidez e, consequentemente, comprometer a sustentabilidade do negócio, não descurando a sua atenção às medidas de mitigação dos efeitos da pandemia da covid-19 e outros choques macroeconómicos relevantes, reposicionando-se para apoiar os seus clientes e contribuir continuamente para a robustez do sistema financeiro nacional e para um desenvolvimento macroeconómico sustentável da economia moçambicana.

## 2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Disciplina de Mercado, reportado à 31 de Dezembro de 2020, visa divulgar informação detalhada sobre a solvabilidade e a gestão do risco do Standard Bank, S.A. (doravante designado Standard Bank ou o “banco”), conforme o estabelecido no Aviso nº 16/GBM/2017, de 22 de Setembro de 2017, do Banco de Moçambique, conjugado com os critérios definidos pelo pilar 3 do Acordo de Basileia II.

Este documento foi elaborado em conformidade com os requisitos mínimos de divulgação constantes do anexo I do normativo acima referido e, como tal, o seu conteúdo tem uma óptica predominantemente prudencial. Os valores aqui reportados estão expressos em milhares de meticais.

## 3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração supervisiona a preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Standard Bank, que compreendem a demonstração da situação financeira, demonstração de resultados, demonstração de alterações de fundos próprios e demonstração de fluxos de caixa. As demonstrações financeiras são também objecto de escrutínio por um órgão independente, o Conselho Fiscal.

Em relação à informação apresentada neste Relatório de Disciplina de Mercado, reportado à 31 de Dezembro de 2020, o Conselho de Administração certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna, assegurando a qualidade de toda a informação divulgada, incluindo a referente à “Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.” e da “Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.”.

Durante o período entre o termo do exercício a que este relatório da Disciplina de Mercado se refere e a data da sua publicação, foi publicada a lista de instituições de crédito classificadas como sistemicamente importantes (D-SIBs) ou quase sistemicamente importantes (Quase D-SIBs), sendo que os requisitos mínimos de fundos próprios regulamentares totais do Standard Bank foram avaliados em 14% dos activos ponderados pelo risco.

Mais adiante que não se verificou mais nenhum evento relevante durante o período entre o termo do exercício a que este relatório da Disciplina de Mercado se refere e a data da sua publicação, e que o Conselho de Administração se compromete a divulgar quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que este relatório se refere.

## 4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Standard Bank, S. A. é um banco privado, constituído em Moçambique, que se rege pela lei Moçambicana. Tem a sua sede na Avenida 10 de Novembro, nº 420,

em Maputo e está registado na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob o nº 4179 e no Banco de Moçambique como uma instituição financeira.

O banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holding Limited, com 98.15% das acções. O Stanbic Africa Holding Limited é uma subsidiária integralmente detida pelo Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes accionistas minoritários detêm 1.85% do banco.

O capital social do Standard Bank está representado por 776,400,000 acções ordinárias, de 5 Meticais cada, que correspondem a 3.882,000 milhares de meticais, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

No âmbito do seu objecto, o Standard Bank desenvolve actividades da banca comercial, banca de investimentos e presta serviços afins.

As demonstrações financeiras consolidadas do Standard Bank reflectem os resultados das operações do Banco e das suas subsidiárias detidas na totalidade, a “Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.” e a “Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.”, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

A “Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.” encontra-se registada no Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique e foi criada exclusivamente para gerir e administrar o Fundo de Pensões Fechado dos Trabalhadores do Standard Bank, S.A., sendo o seu capital social de 3,750 milhares de meticais e a “Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.”, também registada no Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, foi criada para o exercício da actividade de corretagem de seguros nos ramos “vida” e “não vida” e para prestar suporte e aconselhamento em relação aos seguros e de criar mais-valia ao seu accionista e aos seu clientes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

## 5. ESTRUTURA DE CAPITAL

### 5.1 COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

A composição dos fundos próprios obedece o preconizado no aviso do Banco de Moçambique, nº 8/GBM/2017, de 3 de Abril de 2017, conforme se segue:

#### 5.1.1 FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1):

##### i) Elementos positivos:

- Capital realizado
- Prémios de emissão de acções e de outros títulos
- Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos
- Resultados positivos transitados de exercícios anteriores
- Resultados positivos do último exercício
- Resultados positivos provisórios do exercício em curso
- Reservas de conversão cambial e de cobertura de investimento líquido em unidades operacionais no estrangeiro
- Parcelas das reservas e dos resultados correspondentes a activos por impostos diferidos
- Interesses minoritários.

##### ii) Elementos negativos:

- Acções próprias
- Activos intangíveis
- Resultados negativos transitados de exercícios anteriores
- Resultados negativos do último exercício
- Resultados negativos do exercício em curso, no final do mês
- Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5
- Diferenças positivas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial
- Insuficiência de provisões
- Os montantes de desvios actuariais negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós-emprego atribuídos pela entidade, que não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas, de acordo com a NIC 19.

#### 5.1.2 FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER 2):

##### i) Elementos positivos:

- Montantes provenientes da emissão de títulos com prazo de vencimento indeterminado e dos provenientes de empréstimos não titulados, nos termos do artigo 11
- Outros elementos patrimoniais elegíveis, nos termos do artigo 12
- Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito
- Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis
- Outras reservas de reavaliação positivas, pelos montantes que resultam do Artº 5 e das alíneas g) e h) do artigo 17
- Outros elementos elegíveis definidos no n.º 5 do artigo 5
- Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13
- Parte liberada de acções preferenciais remíveis.

##### ii) Elementos negativos:

- Outros elementos próprios enquadráveis no artigo 3, pelo valor de inscrição no balanço.

### 5.2 FUNDOS PRÓPRIOS

À 31 de Dezembro de 2020, os fundos próprios do Standard Bank eram compostos maioritariamente por fundos próprios de base (tier 1), sendo que os fundos próprios totais ascenderam ao montante de 20,797,258 milhares de meticais, representando um acréscimo de 8.38%, comparado ao período de Dezembro de 2019, que fechou em 19,188,824 milhares de metica.

(Valores em milhares de Meticais)		
Descrição	Dez-20	Dez-19
<b>Fundos Próprios de Base Positivos</b>		
Capital realizado	3 882 000	3 882 000
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos	3 820 735	15 286 239
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	14 427 734	-
<b>Total Fundos Próprios de Base Positivos</b>	<b>22 130 468</b>	<b>19 168 239</b>
<b>Fundos Próprios de Base Negativos</b>		
Activos intangíveis	-726 418	-625 899
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-2 208	-2 208
Insuficiência de provisões	-614 653	-421 217
<b>Total Fundos Próprios de Base Negativos</b>	<b>-1 343 278</b>	<b>-1 049 323</b>
<b>Fundos Próprios de Base Totais</b>	<b>20 787 190</b>	<b>18 118 916</b>
<b>Fundos Próprios Complementares Positivos</b>		
Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	10 068	7 947
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 15	0	1 061 962
<b>Total Fundos Próprios Complementares Positivos</b>	<b>10 068</b>	<b>1 069 908</b>
<b>Total dos Elementos a Deduzir</b>		
<b>Fundos Próprios</b>	<b>20 797 258</b>	<b>19 188 824</b>

## 6. ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

O montante de capital detido pelo Standard Bank é calculado com base nos requisitos mínimos de capital regulamentar definidos pelo Banco de Moçambique (BM) para os riscos de crédito, de mercado e operacional. Os requisitos mínimos de fundos próprios regulamentares totais do banco foram avaliados, à 31 de Dezembro de 2020, em 13% dos activos ponderados pelo risco (APR), nos termos dos Avisos nº 9/GBM/2017 (“Regulamento Sobre os Rácios e Limites Prudenciais das Instituições de Crédito”) e Aviso nº 10/GBM/2018 (“Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistemica”).

Em acréscimo aos requisitos regulamentares mínimos, o Banco mantém um amortecedor de capital fixado tendo em consideração todos os seus riscos relevantes, a forma como estes riscos são geridos e mitigados e os resultados dos testes de esforço. O amortecedor serve para assegurar que o Standard Bank tem capital suficiente para suportar perdas graves que possam surgir num cenário de tensão. O risco de crédito, o risco de mercado, o risco da taxa de juro da carteira bancária, o risco operacional e o risco de negócio foram todos considerados na análise dos testes de esforço que deu origem a um requisito de um amortecedor de 4% da forma articulada na DAR.

Em resposta à alteração esperada do rácio de solvabilidade regulamentar mínimo, de 11% para 12%, o Banco reviu em Janeiro de 2020, a apetência pelo risco de 15% para 16%, e em Abril de 2020 o mesmo passou para 17%, atendendo ao requisito de capital adicional de 1%, apurado para o banco, de acordo com a sua importância sistémica.

Na sequência da recente publicação actualizada do Banco de Moçambique sobre os D-SIBS (Bancos Domésticos de Importância Sistemica), o Standard Bank, S.A. continua sendo classificado como um D-SIBS, pelo que lhe foi alocado 1% adicional no rácio de solvabilidade, tendo incrementado para 2% (dos anteriores 1% em 2020), o que quer efectivamente dizer que o mínimo regulamentar para o banco vai sofrer um incremento do 13% para 14%. Até à altura do fecho do presente documento, o banco encontrava-se no processo de revisão da sua apetência pelo risco do rácio de solvabilidade, para adequá-lo aos novos amortecedores de risco.

O comunicado do Banco de Moçambique de um incremento da margem D-SIBS, não representa uma ameaça à posição de capital do banco. O banco está devidamente capitalizado e espera-se que continue a reter capital suficiente para garantir o crescimento futuro, cobrir possíveis eventos de stress, bem como manter os requisitos regulamentares.

As revisões da apetência pelo risco acima mencionadas reflectem o ambiente macroeconómico volátil em que o Banco opera e permitem garantir que o Banco mantém a todo o momento capital suficiente para cobrir o crescimento da sua carteira de activos, bem como fazer face a desvalorização do metical e aos desafios de mercado exacerbados pela pandemia da covid-19, e ainda observar o requisito regulamentar de aumento das provisões levadas ao capital para crédito vencido, o que leva a um aumento do consumo de capital para o balanço em moeda estrangeira. Este amortecedor dá à equipa de gestão uma visibilidade precoce das pressões sobre o capital e tempo suficiente para aplicar processos de reposição de capital, que exigem o cumprimento dos necessários procedimentos de governação.

O banco continuará a rever a sua apetência pelo risco à medida que a mudança no ambiente regulamentar e de negócio, assim o requeiram, com particular ênfase para o impacto da pandemia da covid-19.

Os requisitos de capital são comparados aos fundos próprios para efeitos de avaliação da solvabilidade, sendo que os fundos próprios incluem tanto os fundos próprios de base (tier 1), bem como os fundos próprios complementares (tier 2), de acordo com os regulamentos do BM, sendo que os respectivos ajustamentos no âmbito do Aviso n.º 05/GBM/2018 são tomados em consideração pelo banco para efeitos de determinação dos limites de concentração de risco.

## 6.1 REQUISITOS DE CAPITAL

### 6.1.1 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito é efectuada com recurso às normas emanadas pelo Banco de Moçambique, á luz do Basileia II.

O apuramento do risco de crédito baseia-se no cálculo dos activos ponderados pelo risco, nos termos do Aviso n.º 11/GBM/2013. O cálculo dos activos ponderados pelo risco (RWA) consiste em aplicar os coeficientes de risco previstos no aviso supramencionado às diversas categorias de posições em risco do balanço e extrapatrimoniais.

### 6.1.2 CLASSES DE RISCO DO BALANÇO E EXTRAPATRIMONIAIS

#### 6.1.2.1 Ponderadores de Risco

##### 1. *Posições em risco sobre administrações centrais e bancos centrais*

Posições em risco sobre administrações centrais de países e seus respectivos bancos centrais são ponderadas de acordo com as classificações das agências de crédito a exportação (ECA – *Export Credit Agencies*) que participam no “*Arrangement on Officially Supported Export Credits*”.

Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pela ECA são ponderadas de acordo com as classificações da Standard & Poor. Caso não estejam sujeitos a classificação desta agência, são ponderadas de acordo com as classificações da *Fitch Ratings* ou da *Mood*’s.

Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pelas agências ECA ou ECAI são ponderadas em 100%.

##### 2. *Posições em risco sobre Organizações Internacionais*

É aplicado um ponderador de 0% às posições em risco sobre as seguintes organizações internacionais:

- BCE - Banco Central Europeu;
- BIS – *Bank for International Settlements*; e
- FMI - Fundo Monetário Internacional.

##### 3. *Posições em risco sobre Empresas Públicas*

As posições em risco sobre empresas públicas são equiparadas às posições sobre empresas e, como tal, ponderadas em 100%.

Em casos excepcionais, as posições em risco sobre Empresas Públicas são tratadas como posições em risco sobre a Administração Central sempre que o Banco de Moçambique considere que não existem diferenças no risco destes tipos de posições, como resultado da existência de uma garantia apropriada prestada pela Administração Central.

##### 4. *Posições em risco sobre Instituições de Crédito*

As posições em risco sobre instituições de crédito, incluindo as em moeda estrangeira, são ponderadas em função das classificações de crédito atribuídas pela ECA ou, caso não existam, pela ECAI (*Standard & Poor*).

No caso de instituições estabelecidas em países em que a administração central não é objecto de notação pela ECA ou pela ECAI, as posições em risco são ponderadas a um mínimo de 100%.

As posições em risco sobre instituições de crédito sediadas em Moçambique, que tenham um prazo de vencimento inicial não superior a três meses, denominadas e financiadas em Meticais, são objecto de uma ponderação de 20%.

##### 5. *Posições em risco sobre empresas*

Às posições em risco sobre empresas é aplicado um ponderador de risco de 100%, a menos que sejam cobertas por garantia ou colateral elegíveis, nos termos do Anexo III do Aviso n.º 11/GBM/2013, casos em que o ponderador desce para um risco inferior, compatível com o colateral ou com o emitente da garantia elegível.



6. *Outros Activos*

Todos os outros activos, incluindo as acções e outras participações de capital, salvo se forem deduzidas aos Fundos Próprios, são ponderados em 100%, com a excepção de:

- a. **Créditos Vencidos:** a parte não-garantida de qualquer crédito (excepto créditos garantidos por hipoteca de habitação) vencido há mais de 90 dias, líquida de provisões específicas, incluindo write-offs, é ponderada nos seguintes termos:
- 150%, se as provisões específicas forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco;
  - 100%, se as provisões específicas não forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco;
  - 100%, quando as provisões específicas não forem inferiores a 50% do valor da posição em risco.
- b. **Contas Extrapatrimoniais:** a ponderação das contas extrapatrimoniais é efectuada por tipos de classe de risco aos quais são aplicados diferentes factores de conversão de crédito (FCC), conforme abaixo descritos:
- 100%, para os elementos de risco elevado;
  - 50%, para os de risco médio;
  - 20%, para os de risco médio/baixo; e
  - 0%, para os de risco baixo.

6.1.2.2 Classes de Risco do Balanço

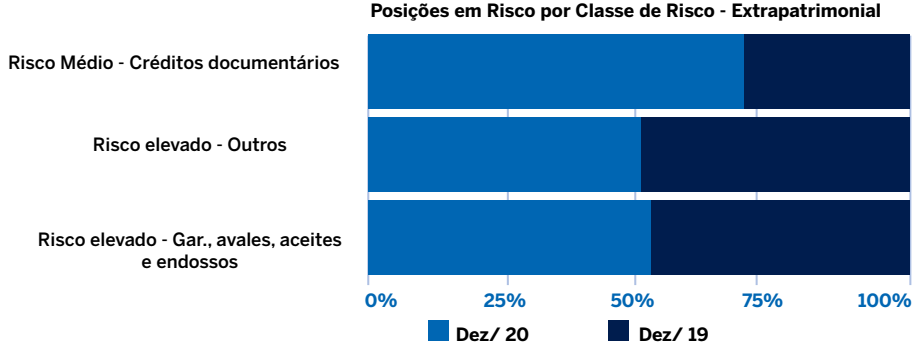
As posições em risco dos itens do Balanço ascenderam a 144,497,733 milhares de meticais à 31 de Dezembro de 2020, o que representa um crescimento em cerca de 20.17%, quando comparado ao período de Dezembro de 2019.

(Valores em milhares de Meticais)

Classe de Riscos no Método Padrão	Exposição Bruta	
	Dez-20	Dez-19
Caixa e Equivalentes de Caixa	2 319 081	1 845 310
Administrações Centrais e Banco Centrais:		
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	76 002 836	69 002 122
Empresas Públicas	2 752 804	3 040 955
Instituições de Crédito	22 346 848	15 150 327
Empresas	28 203 799	19 297 164
Carteira de Retalho Regulamentar	5 752 299	4 983 159
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 780 262	1 682 065
Créditos Vencidos	1 046 023	479 545
Outros Activos	4 293 781	4 767 561
<b>Total das Posições em Risco Originais</b>	<b>144 497 733</b>	<b>120 248 209</b>

6.1.2.3 Classes de Risco Extrapatrimoniais

À 31 de Dezembro de 2020, as posições em risco dos itens extrapatrimoniais apresentaram um crescimento de cerca de 19.22%, comparativamente ao período de Dezembro de 2019, conforme se mostra abaixo:



6.1.3 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE MERCADO

- O requisito de capital para o risco de mercado leva em conta apenas a componente do risco cambial, com recurso às posições cambiais, conforme se segue:
- As posições curtas líquidas e as posições longas líquidas são convertidas em meticais à taxa de câmbio de valorimetria e adicionadas de modo a formar o total das posições curtas líquidas e o total das posições longas líquidas;
  - O mais elevado dos dois totais referidos no ponto anterior constitui a posição líquida a ser utilizada para efeitos de risco de mercado.

Abaixo reportamos a base de incidência para o cálculo de requisitos de capitais para a cobertura do risco cambial, à 31 de Dezembro de 2020, cujo valor ascendeu a 1,479,616 milhares de meticais:

(Valores em milhares de Meticais)

Países	Moedas		Tipos de Posições		Posições Estruturais e elementos deduzidos aos Fundos Próprios				Posições Líquidas	
			Longa	Curta	Longa	Curta	Longa	Curta	Longa	Curta
			1	2	3	4	5	6	7	8
Estados Unidos da América	Dólar	USD	1 474 365	-	-	-	-	-	1,474,365	-
União Europeia	Euro	EUR	-	75 044	-	-	-	-	-	75 044
África do Sul	Rand	ZAR	-	4 560	-	-	-	-	-	4 560
Canadá	Dólar	CAD	-	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	Coroa	DKK	168	-	-	-	-	-	168	-
Reino Unido	Libra	GBP	2 079	-	-	-	-	-	2,079	-
Japão	Iene	JPY	25	-	-	-	-	-	25	-
Malawi	Kwacha	NWK	-	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	Coroa	NOK	-	37 691	-	-	-	-	-	37 691
Suécia	Coroa	SEK	507	-	-	-	-	-	507	-
Suíça	Franco	CHF	929	-	-	-	-	-	929	-
Zâmbia	Kwacha	ZMK	-	-	-	-	-	-	-	-
Zimbábwe	Dólar	ZWD	-	-	-	-	-	-	-	-
Mauritius	Rupee	MUR	-	-	-	-	-	-	-	-
Austrália	Dólar	AUD	1 246	-	-	-	-	-	1,246	-
China	Renmimbi	CNY	297	-	-	-	-	-	297	-
<b>Total (9)</b>			<b>1,479,616</b>	<b>117,295</b>	-	-	-	-	<b>1 479 616</b>	<b>117 295</b>
<b>Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial (6)</b>									<b>1 479 616</b>	

6.1.4 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO OPERACIONAL

A base de cálculo dos requisitos mínimos de capitais, à 30 de Junho de 2020, ascendeu a 1,945,938 milhares de meticais, como se mostra abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)

Actividades	Indicador Relevante			Base de Cálculo dos Requisitos Mínimos de Capitais
	2017	2018	2019	
	(1)	(2)	(3)	
1. Total das Actividades Sujeitas ao Método do Indicador Básico	12 905 988	13 138 465	12 874 317	1 945 938
Descrição	A	B	C	
	2017	2018	2019	
(+) Juros e Rendimentos Similares	11 865 242	11 098 671	10 361 545	
(-) Juros e Encargos Similares	2 506 196	1 850 145	1 680 600	
(+) Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	-	
(+) Comissões Recebidas	1 256 120	1 568 002	1 969 111	
(-) Comissões Pagas	10 356	25 652	36 985	
(+) Resultados de Operações Financeiras	2 338 444	2 541 368	2 379 564	
(+) Outros Resultados Operacionais	-37 266	-193 780	(118 319)	
	<b>12 905 988</b>	<b>13 138 465</b>	<b>12 874 317</b>	

6.2 RÁCIO DE SOLVABILIDADE

À 31 de Dezembro de 2020, o rácio de solvabilidade era igual a 24.77%, muito acima do mínimo regulamentar de 13%.

(Valores em milhares de Meticais)

Rácio de Solvabilidade	Dez-20	Dez-19
<b>Fundos Próprios de Base</b>		
Capital realizado	3 882 000	3 882 000
Reservas e resultados transitados	18 248 468	15 286 239
Activos intangíveis	-726 418	-625 899
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-2 208	-2 208
Insuficiência de provisões	-614 653	-421 217
	<b>20 787 190</b>	<b>18 118 916</b>
<b>Fundos Próprios Complementares</b>		
Empréstimos subordinados	0	1 061 962
Outros	10 068	8 374
	<b>10 068</b>	<b>1 070 336</b>
<b>Total dos Elementos a Deduzir</b>		
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>20 797 258</b>	<b>19 189 252</b>
<b>Activos Ponderados pelo Risco</b>		
Risco de Crédito (do Balanço)	55 734 809	42 341 719
Risco de Crédito (Extrapatrimoniais)	24 807 190	21 231 628
Risco Operacional	1 945 938	1 798 129
Risco de Mercado	1 479 616	103 527
<b>Total</b>	<b>83 967 555</b>	<b>65 475 003</b>
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>24.77%</b>	<b>29.31%</b>

6.3 CAPITAL ECONÓMICO

O capital económico é uma medida interna do banco que mensura o montante de capital requerido e incorpora uma análise granular dos efeitos de riscos e concentração da carteira que podem não estar contemplados no processo de avaliação do capital na perspectiva regulamentar. Por exemplo, o risco da taxa de juro da carteira bancária, o risco de negócio e o risco patrimonial são alguns dos riscos incorporados no capital económico que não são parte da perspectiva regulamentar.

Para além de riscos adicionais, alguma severidade é adicionada aos riscos padrão da perspectiva regulamentar. O banco agrega as medidas individuais do risco do capital económico, de forma conservadora, assumindo que não há uma diversificação inter-riscos. O capital económico é comparado aos recursos financeiros disponíveis para avaliar a adequação do capital de acordo com as medidas internas. A metodologia é continuamente refinada à medida que os dados históricos e sua disponibilidade vão sendo aprimorados.

O capital económico é obtido dividindo os fundos próprios, determinados na perspectiva do capital económico, pela utilização de capital que agrega todos os riscos na perspectiva do capital económico do banco.

A apetência pelo risco definida para o capital económico (PAACI) é de 1.15, sendo que à 31 de Dezembro de 2020, o banco reportou um capital económico de 1.67, contra 1.91 à 31 de Dezembro de 2019.

7. GESTÃO DE RISCO NO STANDARD BANK

As actividades do Standard Bank expõem a instituição a riscos de diversa ordem, sendo que essas actividades exigem análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir riscos é importante na actividade dos serviços financeiros e, os riscos de índole operacional são uma consequência do exercício da actividade. O objectivo do banco é de alcançar um equilíbrio entre risco e o retorno esperado.

Pela sua natureza, a actividade bancária está basicamente relacionada com a utilização dos instrumentos financeiros. O banco arrecada depósitos de clientes por diferentes períodos, com taxas fixas ou variáveis, tentando de seguida obter margens de juro ao aplicar esses fundos em activos de boa qualidade.

As políticas de gestão de risco do Standard Bank têm em vista permitir a identificação, avaliação e análise dos riscos, estabelecer limites e controlos de risco apropriados por forma a assegurar que os mesmos se encontrem em níveis aceitáveis mediante utilização de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O banco efectua uma revisão periódica das suas políticas de gestão de risco, assim como dos sistemas em uso, por forma a ter em consideração as alterações ocorridas no mercado e nas práticas de boa governação.

A gestão do risco é coordenada pela Direcção de Gestão do Risco, sob supervisão do Conselho de Administração e suas sub-comissões de acordo com as políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Direcção de Risco identifica e avalia os riscos financeiros e não financeiros em colaboração com as demais unidades operacionais da instituição. O Conselho de Administração providencia orientações e políticas para a gestão do risco.

A função de Auditoria Interna é desempenhada com base em planos semestrais, que têm em consideração os graus de risco. Esta é responsável pela revisão independente da gestão de risco e assegura o bom funcionamento dos sistemas de controlo interno e recomenda melhorias.

O Comité de Auditoria Interna, um órgão que reporta ao Conselho de Administração, juntamente com os auditores internos e externos, tem um papel relevante em matérias de controlo interno e financeiro, prestação e divulgação de informação, assim como assegura a existência e cumprimento das normas de conformidade.

De entre os diferentes tipos de risco a que o banco está exposto, os mais relevantes são o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez, o risco operacional e o risco de negócio:

- **Risco de crédito:** é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. Este inclui o risco do país e risco de concentração.
- **Risco de mercado:** definido como sendo a possibilidade de alteração do valor de mercado, dos proveitos correntes ou efectivos ou dos fluxos de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros, incluindo mercadorias, causada por movimentos adversos em variáveis de mercado, tais como os preços de acções, obrigações e mercadorias, taxas de câmbio e taxas de juro, margens de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas estas variáveis. Ele inclui, como tal, o risco cambial e o risco da taxa de juro da carteira bancária.
- **Risco de liquidez:** é definido como o risco que o banco, embora solvente em termos de balanço, não consiga manter ou gerar recursos de caixa suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento integralmente e nas respectivas datas de vencimento ou só o consiga fazer em condições claramente desvantajosas. Verifica-se uma incapacidade para manter ou gerar recursos de caixa suficientes quando contrapartes que disponibilizam fundos ao banco os retiram ou não os renovem ou quando se verificam perturbações generalizadas nos mercados de activos que transformem activos normalmente líquidos em activos ilíquidos.
- **Risco operacional:** é o risco de perdas em consequência de processos que falharam ou que sejam inadequados, de questões relacionadas com pessoas, sistemas internos ou acontecimentos externos. Compreende o risco da informação, o risco legal, o risco de conformidade e o risco de crime financeiro. O risco estratégico, o risco reputacional e o risco de negócio não são cobertos pela definição, no entanto, os efeitos de eventos de risco operacional na reputação são considerados para efeitos de informação de gestão.
- **Risco de negócio:** é o risco de perdas, normalmente decorrentes de estruturas de custos inflexíveis ou de ineficiências, devido a condições operacionais adversas causadas por pressões induzidas pelo mercado, tais como uma redução da procura, um aumento da concorrência ou aumentos de custos, e por causas específicas do Standard Bank, tais como escolha da estratégia (*risco estratégico*), danos para a reputação ou a decisões de absorver custos ou perdas para preservar a reputação (*risco reputacional*).

8. RISCO DE CRÉDITO

A concessão de crédito fundamenta-se na avaliação dos riscos que podem ter impacto na capacidade futura dos clientes fazerem face aos compromissos assumidos perante o banco, sendo o desafio na gestão do risco de crédito, encontrar um equilíbrio entre a qualidade do crédito e o crescimento da carteira, complementando a eficiência às exigências de regulamentação e supervisão.

8.1 DEFINIÇÃO

O risco de crédito é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. Este é composto pelo risco da contraparte, risco de concentração, risco de liquidação e pelo risco do país.

8.2 CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

**Risco da contraparte:** é o risco de perdas que resultam de uma contraparte não querer ou não poder cumprir as suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. O risco da contraparte é composto por três componentes:

- **Risco de crédito primário,** que corresponde à exposição em incumprimento (“EEI”) resultante do crédito e actividades relacionadas com produtos bancários, incluindo a sua subscrição;
- **Risco de crédito pré-liquidação,** que corresponde à EEI resultante de operações a prazo não liquidadas e com instrumentos derivados, decorrente do incumprimento da operação pela contraparte e mensurado como o custo de substituição da operação às taxas de mercado em vigor na data relevante;
- **Risco do emitente,** que corresponde à EEI resultante de produtos de crédito e de capitais negociáveis, incluindo a sua subscrição. O risco do emitente relativo a estes instrumentos de crédito detidos é reconhecido como risco de crédito.

**Risco de concentração de crédito:** é o risco de perdas decorrente de uma concentração excessiva da exposição, entre outros, a uma única contraparte ou segmento de contrapartes, um sector de actividade, um mercado, um produto, um instrumento financeiro ou um tipo de valor mobiliário, um país, uma região ou um prazo. Verifica-se tipicamente esta concentração quando um determinado número de contrapartes está envolvido em actividades semelhantes e tem características semelhantes que levam a que a sua capacidade para cumprir as obrigações contratuais seja afectada de forma parecida por alterações das condições económicas ou de outra natureza.

**Risco de liquidação:** é o risco de perdas para o banco decorrentes da liquidação de uma operação, em que o valor é pago mas o contra-valor não é recebido na totalidade ou em parte.

**Risco do país ou risco das transferências internacionais:** decorre da incerteza de que os devedores possam não ser capazes de cumprir as suas obrigações perante o banco, tratando-se de países diferentes, devido às condições políticas ou económicas no país da contraparte.

### 8.3 MENSURAÇÃO E MODELAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Todos os modelos relevantes usados na mensuração, modelação e gestão do risco de crédito cumprem com a regulamentação aplicável e, em particular, os requisitos das abordagens baseadas em classificações internas do Acordo de Basileia, quando aplicáveis. O desenvolvimento, validação, aprovação, testes permanentes e revisão dos modelos são realizados no devido cumprimento dos requisitos da Política de Governação dos Modelos de Crédito do Standard Bank.

O Standard Bank adoptou desde Janeiro de 2018 a Norma Internacional de Relato Financeiro NIRF 9, que estabelece princípios para o reporte dos instrumentos financeiros. De acordo com a sua metodologia, para activos financeiros onde é necessário o cálculo da imparidade, os mesmos são classificados em três estágios (1, 2 e 3), dos quais o estágio 3 refere-se ao crédito vencido (*NPL - Non-Performing*).

Associado às perdas esperadas, o modelo requer, para os estágios 1 e 2, que seja incorporada a informação relativa as perspectivas macro-económicas (*forward looking*), onde é feita a ponderação de diferentes cenários e as respectivas probabilidades de materialização.

De acordo com a NIRF 9, para as facilidades onde se detecte que o risco de crédito deteriorou significativamente, desde a originação das mesmas (referida como fase 2), a imparidade mantida ou calculada baseia-se no prazo de maturidade ou vigência na carteira (*Lifetime*).

A expectativa de perdas para as facilidades onde o risco de crédito não aumentou significativamente (referido como estágio 1), é limitada às perdas esperadas nos 12 meses que se seguem à data do reporte ou igual ao prazo remanescente da facilidade, se a mesma for inferior à 12 meses.

Essas imparidades são calculadas como a Perda Esperada de Crédito (PEC) e a NIRF 9 define a PEC como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos no instrumento e todos os fluxos de caixa que o banco espera receber, ou seja, todos os déficits de caixa, descontado à taxa de juro efectiva original (EIR).

### 8.4 ABORDAGEM DE IDENTIFICAÇÃO, DETERMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A identificação dos riscos materiais e determinação dos níveis de risco é supervisionada pelos órgãos de Administração.

Ao determinar quais os riscos considerados relevantes para o banco, existem alguns elementos cruciais levados em consideração:

- As auto-avaliações de risco e controlos periódicos realizados pelos comités de gestão que identificam os riscos que podem ameaçar a realização e o alcance dos objectivos do negócio;
- O histórico de perdas, bem como potenciais perdas futuras;
- Os riscos de acordo com quantidades significativas de capital económico e alocados pelo regulador; e
- A definição de limiares de relevância aconselhados pelo regulador (Banco de Moçambique).

As facilidades de crédito concedidas à entidades relacionadas ou à qualquer outra entidade não relacionada, são tratadas na mesma base de concessão de crédito e o risco de crédito tratado do mesmo modo. Estas operações são regidas de acordo com as normas do Banco de Moçambique, bem como as do Grupo Standard Bank.

A política do Standard Bank para a avaliação do risco da contraparte e de concentração no âmbito dos riscos de crédito enquadra-se nas "Normas de Governação do Risco de Crédito", aprovadas pelo Conselho de Administração e que respondem às exigências do Banco de Moçambique, definidas através do Aviso n.º 11/GBM/2013 e da Circular n.º 03/SCO/2013, ambos de 31 de Dezembro, do Aviso n.º 9/GBM/2017, de 3 de Abril e do Aviso n.º 5/GBM/2018 de 6 de Junho.

### 8.5 RISCO DA CONTRAPARTE

É atribuído um ponderador de crédito a cada contraparte com a qual o Standard Bank tenha uma exposição ou um limite aprovado. Essa avaliação é executada regularmente (pelo menos anualmente), arquivada e gerida em modelos de ponderadores reconhecidos e aprovados pelo banco, devendo ser independente da influência da origem do negócio.

As exposições e/ou facilidades separadas da mesma contraparte são classificadas com o mesmo ponderador da contraparte, sempre que relevantes, independentemente de eventuais diferenças na natureza de cada exposição e/ou facilidade específica, excepto se as diferentes exposições e/ou facilidades preencherem os critérios para uma distinção no ponderador entre moeda local e moeda estrangeira. Cada ponderador de crédito é atribuído de acordo com uma Probabilidade de Incumprimento associada.

As diferentes classes de activos e ponderadores de contraparte são associados à Probabilidades de Incumprimento diferentes, existindo uma escala universal ou principal de Probabilidades de Incumprimento, no sentido de possibilitar uma visão global do risco de crédito em toda a carteira do banco em termos de Probabilidades de Incumprimento e uma comparação do risco de crédito entre as diferentes classes de activos. As Probabilidades de Incumprimento são sempre usadas para determinar as perdas esperadas.

O risco da facilidade decorrente de factores específicos da exposição e/ou facilidade, tais como garantias e hierarquia da dívida, é medido e tratado como parte da análise de mitigação do risco de crédito e não deve afectar nem ter impacto no ponderador da contraparte.

O apoio externo facultado a uma contraparte, por oposição aos factores de mitigação, é reconhecido no processo de ponderação numa base definida, aplicada uniformemente.

### 8.6 TOTAL DA EXPOSIÇÃO BRUTA E MÉDIA AO RISCO DE CRÉDITO

A carteira de crédito cresceu em cerca de 31.84%, quando comparado com o período de Dezembro de 2019, desdobrando-se como se segue:

(Valores em milhares de Meticals)				
Descrição	Exposição Bruta Dez-20	Média Dez-20	Exposição Bruta Dez-19	Média Dez- 19
Carteira de crédito pelos principais tipos de produto				
Crédito a Habitação	1 986 731	1 949 917	1 875 674	1 893 507
Empréstimos com Hipoteca de Edifício Comercial do Mutuário	127 877	290 202	827 447	667 147
Locação Financeira	657 014	683 091	652 654	527 263
Empréstimos sem Hipoteca	36 763 565	32 786 265	26 630 538	27 667 971
<b>Total</b>	<b>39 535 187</b>	-	<b>29 986 313</b>	-
Extrapatrimoniais				
Garantias, Ávales	15 044 805	13 746 288	12 247 791	13 304 884
Créditos Documentários	2 068 113	1 924 244	886 056	1 452 944
Facilidades não Utilizadas	8 730 959	9 185 160	8 543 538	9 668 192
<b>Total</b>	<b>25 843 878</b>	-	<b>21 677 385</b>	-

### 8.7 CONCENTRAÇÃO DE RISCO

São definidos limites de concentração de risco em relação ao capital económico, ao total de activos ou, nos casos em que existam medidas adequadas, ao nível global de riscos. Nos casos em que os limites de concentração são definidos em relação ao capital económico, tal não impede uma actividade de definir limites adicionais dentro destes.

O banco gere limites de concentração de risco de crédito onde quer que os mesmos sejam identificados (contrapartes individuais e grupos, sectores e países). Os níveis de risco de crédito são estruturados colocando-se limites no valor do risco aceite na relação com o mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e da indústria. Esses riscos são monitorados e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. As concentrações do nível de risco de crédito, por produto, sector da indústria e por País são aprovados trimestralmente pela Comissão de Crédito do Conselho de Administração.

Quando se verifica uma violação dos limites de concentração e não puder ser definido um custo de mitigação adequado para essa violação ou a mesma não puder ser mitigada, o Comité de Gestão de Risco de Crédito determina e recomenda tais violações à Comissão de Crédito do Conselho de Administração para aprovação.

### 8.7.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito encontrava-se distribuída, à 31 de Dezembro de 2020, pelas zonas Norte, Centro, Sul e Cidade de Maputo, conforme a tabela abaixo:

(Valores em milhares de Meticals)					
Exposição de Crédito a Clientes (Classes de Risco)	Cidade de Maputo	Zona Sul	Zona Centro	Zona Norte	Total
Entidades do Sector Publico	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	2 752 804	-	-	-	<b>2 752 804</b>
Empresas	22 245 831	2 443 990	2 082 394	1 431 584	<b>28 203 799</b>
Carteira de Retalho Regulamentar	2 667 415	533 652	1 723 723	827 508	<b>5 752 299</b>
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 580 712	37 136	137 863	24 551	<b>1 780 262</b>
Créditos vencidos	679 897	28 730	108 813	228 582	<b>1 046 023</b>
<b>Total</b>	<b>29 926 658.88</b>	<b>3 043 508.94</b>	<b>4 052 793.27</b>	<b>2 512 225.47</b>	<b>39 535 186.57</b>

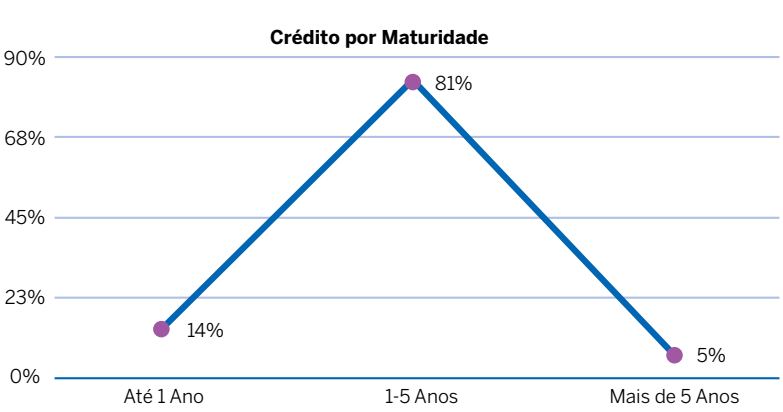
### 8.7.2 DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO POR SECTORES

A exposição do crédito por sectores, à 30 de Junho, estava repartida como se segue:

Sector de Actividade Económica	Crédito à Habitação	Empréstimos com Hipoteca de Edifício Comercial do Mutuário	Locação Financeira	Empréstimos sem Hipoteca	Total
Agricultura	-	726 119	45 372	327 927	1 099 419
Comércio	-	1 147 273	84 333	1 134 838	2 366 443
Construção e obras publicas	-	9 379	17 476	860 494	887 350
Electricidade, gás e água	-	391	22 094	25 417	47 902
Industria de transformação	5 843	2 541 199	29 964	9 318 830	11 895 835
Indústria de turismo	-	-	5 243	9 858	15 101
Industrias extractivas	9 411	100 575	50 577	6 106 689	6 267 251
Instituições financeiras não monetárias	-	650	651	916 389	917 690
Outros sectores	1 870 718	198 423	301 150	5 423 619	7 793 910
Pecuária	-	35 776	6 690	34 806	77 272
Pescas	-	132 350	-	31 689	164 039
Silvicultura e exploração florestal	-	-	1 073	1 963	3 035
Transportes e comunicações	-	670 127	92 393	7 237 419	7 999 939
<b>Total</b>	<b>1 885 971</b>	<b>5 562 263</b>	<b>657 014</b>	<b>31 429 938</b>	<b>39 535 187</b>

### 8.7.3 EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO POR MATURIDADE

À 31 de Dezembro de 2020, o crédito com maturidade entre 1 à 5 anos apresentava a concentração mais significativa.



### 8.8 CRÉDITO VENCIDO OBJECTO DE IMPARIDADE

Crédito vencido especificamente afectado por imparidade refere-se ao crédito que está em incumprimento, para o qual existe uma diminuição mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, de forma que não se espera uma recuperação integral do valor registado na carteira de crédito.

Estes são analisados em maior detalhe nas seguintes categorias:

- Itens que apresentam fragilidades subjacentes bem definidas e são especificamente considerados como estando em estado de imparidade (itens em estado de imparidade);
- Itens ainda não considerados perdas finais devido a factores específicos que poderão fortalecer a qualidade dos itens (em mora ou com mitigantes);
- Itens considerados incobráveis, na totalidade ou em parte. O banco estabelece provisões completas para as suas perdas, depois de levar em conta a garantia (crédito vencido – non-performing loan).

A determinação de evidências objectivas de imparidade é feita por classificação interna, nos termos da NIRF 9, com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Standard Bank:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário;
- Violação de acordos ou condições de empréstimo;
- Início do processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia;
- Desclassificação abaixo do nível de investimento.

A política do banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano ou mais regularmente, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas a data de relato, caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em modelos colectivos é efectuada relativamente a:

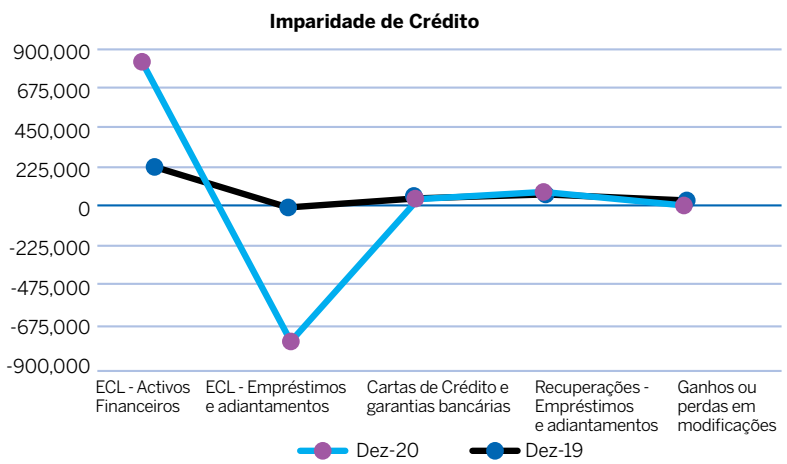
- Carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e
- Perdas que tenham sido incorridas, mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiencia histórica disponível, com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

Para efeitos contabilísticos, o conceito de crédito em incumprimento adopta a definição prevista pelo aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, e agrega o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como crédito vencido.

**8.9 RECUPERAÇÕES REGISTADAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
É política do banco sanear exposições de crédito atingindo estas 180 dias em incumprimento, quer por ausência de fluxos de caixa suficientes para liquidar as prestações contratualmente acordadas ou por incapacidade financeira. Após o saneamento as contas passam por um processo de reavaliação, determinando-se as que são definitivamente irrecuperáveis e as que ainda podem ser recupe-



A menos que os acordos para pagamentos mensais estejam regulares, as contas que se considera terem algum potencial para recuperação são sub-contratadas a agentes ou é instituída uma acção legal relacionada com o montante do saldo a liquidar.



Todas as exposições são mensuradas de forma a garantir que tanto a exposição corrente, bem como a exposição potencial (ou, quando disponível e em cumprimento com todas as aprovações internas e externas, a exposição positiva esperada) sejam registradas.

O risco de crédito do emitente, decorrente de instrumentos de crédito detidos na carteira de negociação é mensurado de acordo com os requisitos das Normas de Risco de Mercado. Na medida em que os instrumentos de crédito que dão origem ao risco do emitente sejam detidos na carteira bancária, devem os mesmos ser mensurados como risco de crédito primário e ficam abrangidos pelos requisitos das Normas de Crédito.

O Standard Bank define caução como um bem de valor, dado em garantia do bom pagamento das responsabilidades do cliente, sobre o qual o banco pode assumir o controlo ou a posse, na eventualidade de incumprimento por parte do cliente, designadamente resgate de depósitos a prazo, accionamento de apólices de seguro, execução de hipoteca.

As garantias deverem prontamente realizáveis em todas as condições e circunstâncias. Idealmente, a garantia deve ser de tal natureza que a conversão do activo em numerário constitua um procedimento simples e fácil para o banco. Determinados empréstimos no banco são reembolsáveis mediante solicitação. Nestas circunstâncias, não é desejável aceitar garantias que apenas possam ser realizadas após um longo período de tempo.

Todos os activos detidos em carteira como garantia são sujeitos a reavaliação, efectuada de imediato ou periodicamente, anualmente, a cada 3 anos, dependendo da situação e do tipo de financiamento concedido. O processo de reavaliação de caução é efectuado pelo painel de avaliadores que é aprovado e revisto anualmente pelo banco, permitindo a obtenção de avaliações diversificadas na avaliação da perda estimada de créditos irregulares.





Seguem abaixo os índices de concentração de risco de crédito:

Quadro 1: Índice de Concentração Sectorial

Código	Sector de Actividade Económica	Montante da Exposição Sobre o Sector (X)	X <sup>2</sup>	% Relativamente ao Montante da Exposição Total
1	Agricultura	1 450 138	2 102 901 268 944	2.56
2	Pecuária	77 272	5 970 921 555	0.14
3	Silvicultura e exploração florestal	3 035	9 212 045	0.01
4	Pescas	164 039	26 908 876 968	0.29
5	Indústrias extractivas	10 150 677	103 036 250 913 509	17.92
6	Indústria de transformação	12 433 485	154 591 561 648 124	21.95
7	Electricidade, gás e águas	430 494	185 324 955 034	0.76
8	Construção e obras públicas	3 037 079	9 223 850 745 252	5.36
9	Indústria de turismo	28 781	828 320 142	0.05
10	Comércio	3 886 376	15 103 915 967 136	6.86
11	Transportes e comunicações	11 517 831	132 660 420 678 258	20.33
12	Instituições financeiras não monetárias	3 047 670	9 288 291 180 087	5.38
13	Outros sectores	10 421 228	108 601 985 233 116	18.40
Total (ΣX e ΣX <sup>2</sup> )		56 648 105	534 828 219 920 170	100.00
(ΣX) <sup>2</sup>			3 209 007 768 918 710	
Índice de Concentração Sectorial			16.6%	
Nota: Nos outros sectores encontram-se maioritariamente População, Consumo e Diversos.				

Quadro 2: Índice de Concentração Individual

(Valores em milhares de Meticais)					
Contraparte	Montante de Exposição da Contraparte (X)	X²	Contraparte	Montante de Exposição da Contraparte (X)	X²
Ciente 1	4 068 616	16 553 637 158 126	Ciente 51	140 491	19 737 656 986
Ciente 2	3 502 393	12 266 759 717 913	Ciente 52	137 659	18 949 969 666
Ciente 3	3 313 908	10 981 984 583 099	Ciente 53	133 226	17 749 133 927
Ciente 4	3 327 151	11 069 930 561 509	Ciente 54	127 768	16 324 685 709
Ciente 5	2 158 974	4 661 169 886 000	Ciente 55	124 887	15 596 790 986
Ciente 6	2 143 133	4 593 018 846 091	Ciente 56	123 752	15 314 609 584
Ciente 7	1 509 634	2 278 994 182 386	Ciente 57	119 951	14 388 160 180
Ciente 8	1 359 260	1 847 588 478 284	Ciente 58	108 401	11 750 858 382
Ciente 9	1 342 549	1 802 436 820 720	Ciente 59	104 213	10 860 299 747
Ciente 10	1 162 501	1 351 408 101 305	Ciente 60	103 953	10 806 202 456
Ciente 11	1 000 549	1 001 097 826 150	Ciente 61	102 800	10 567 738 008
Ciente 12	913 167	833 873 963 077	Ciente 62	102 756	10 558 820 495
Ciente 13	872 153	760 650 838 437	Ciente 63	99 480	9 896 270 400
Ciente 14	842 267	709 413 645 822	Ciente 64	95 028	9 030 308 510
Ciente 15	842 267	709 413 644 558	Ciente 65	90 654	8 218 200 972
Ciente 16	803 065	644 913 186 038	Ciente 66	90 000	8 100 000 000
Ciente 17	749 000	561 001 000 000	Ciente 67	85 514	7 312 698 992
Ciente 18	657 239	431 963 325 176	Ciente 68	85 467	7 304 674 947
Ciente 19	653 479	427 034 609 619	Ciente 69	84 925	7 212 302 354
Ciente 20	605 076	366 116 461 336	Ciente 70	84 557	7 149 809 382
Ciente 21	584 562	341 712 288 898	Ciente 71	83 699	7 005 599 417
Ciente 22	496 294	246 307 726 297	Ciente 72	82 303	6 773 756 916
Ciente 23	490 608	240 695 874 186	Ciente 73	82 054	6 732 878 491
Ciente 24	486 237	236 426 604 501	Ciente 74	76 256	5 814 925 537
Ciente 25	480 782	231 151 097 335	Ciente 75	75 041	5 631 165 281
Ciente 26	467 217	218 291 598 408	Ciente 76	73 752	5 439 309 766
Ciente 27	450 419	202 877 189 369	Ciente 77	71 470	5 107 949 076
Ciente 28	443 966	197 105 395 327	Ciente 78	65 135	4 242 516 302
Ciente 29	434 447	188 743 858 696	Ciente 79	64 765	4 194 540 036
Ciente 30	432 425	186 991 256 718	Ciente 80	63 982	4 093 732 771
Ciente 31	411 950	169 702 802 500	Ciente 81	60 144	3 617 262 244
Ciente 32	373 328	139 373 564 987	Ciente 82	60 120	3 614 362 600
Ciente 33	371 354	137 903 941 858	Ciente 83	59 615	3 553 954 889
Ciente 34	312 432	97 613 514 826	Ciente 84	58 337	3 403 248 016
Ciente 35	310 980	96 708 755 055	Ciente 85	57 803	3 341 234 601
Ciente 36	289 863	84 020 558 769	Ciente 86	57 715	3 331 015 129
Ciente 37	285 042	81 248 703 560	Ciente 87	56 980	3 246 694 350
Ciente 38	241 631	58 385 322 746	Ciente 88	56 359	3 176 300 670
Ciente 39	231 387	53 539 717 843	Ciente 89	56 110	3 148 328 724
Ciente 40	212 079	44 977 334 750	Ciente 90	55 801	3 113 695 800
Ciente 41	197 000	38 809 021 193	Ciente 91	55 224	3 049 690 176
Ciente 42	193 514	37 447 588 143	Ciente 92	51 478	2 650 014 572
Ciente 43	188 477	35 523 412 033	Ciente 93	51 098	2 610 964 105
Ciente 44	188 206	35 421 443 295	Ciente 94	50 296	2 529 694 636
Ciente 45	183 929	33 829 937 237	Ciente 95	50 217	2 521 712 226
Ciente 46	182 207	33 199 337 113	Ciente 96	50 000	2 500 000 000
Ciente 47	178 808	31 972 165 971	Ciente 97	49 799	2 479 967 383
Ciente 48	337 665	114 017 900 483	Ciente 98	49 054	2 406 252 053
Ciente 49	162 851	26 520 590 901	Ciente 99	48 996	2 400 638 180
Ciente 50	154 152	23 762 736 340	Ciente 100	48 800	2 381 440 293
Total 1 (ΣX e ΣX²)	41 600 193	77 516 688 074 984	Total 2 (ΣX e ΣX²)	3 967 885	350 942 035 923
Total Geral (ΣX e ΣX²)				45 568 078	77 867 630 110 907
Total de Exposição da Instituição				56 648 105	
Índice de Concentração Individual				3.02%	

### 9.7 AVALIAÇÃO E MONITORIA DO PERFIL DE RISCO DE CRÉDITO

Com o intuito de estimar o nível de exposição dos diferentes riscos inerentes à actividade do Banco, o Standard Bank adopta painéis de avaliação de risco, que constituem mecanismos de controlo desses riscos, tendo como base para análise parâmetros já definidos com base nas directrizes e apetite ao risco.

O painel de risco é fundamentalmente composto pelos diferentes riscos a que o Banco está exposto, e de acordo com os limites estipulados para cada um dos riscos, é classificado, numa base mensal, o nível de exposição aos mesmos.

De entre os vários riscos avaliados, o risco de crédito constitui um dos riscos primordiais da organização, avaliado numa base mensal pela gestão de topo e trimestralmente pelo conselho de administração, tomando como base os seguintes indicadores base:

- Nível de crédito em incumprimento, afectado por imparidade;
- Perdas derivadas de crédito em incumprimento;
- Limite de concentração individual;
- Crédito correlacionado a nível agregado;
- Concentração por sectores de actividade;
- Nível de concentração da carteira por moeda;
- Nível de concentração nos maiores mutuários de crédito.

Periodicamente (anualmente e semestralmente), são também realizados testes para identificar possíveis eventos ou mudanças futuras nas condições económicas que podem ter um efeito desfavorável na carteira de crédito, estes, incluem uma avaliação da capacidade do banco para resistir em cenários de stress, bem como a sensibilidade de cada um dos elementos de risco a serem testados. Os resultados são utilizados para identificar e responder a possíveis mudanças nas condições de mercado através da revisão da estratégia do banco.

Factores com impacto nos resultados, que não tenham sido considerados nas condições anteriores de mercado, em exercícios periódicos realizados, são imediatamente considerados para avaliação, e de acordo com a relevância dos resultados apresentados, é revisto o nível de apetite de risco e introduzidos novos indicadores de avaliação mensal tomados em consideração para classificação do risco de crédito, sejam estes de natureza qualitativa ou quantitativa.

Na base descrita no paragrafo anterior, e face à pandemia da Covid-19, com o objectivo de assistir os clientes e ao mesmo tempo preservar os activos do banco, com impacto nos resultados, o Standard Bank levou a cabo algumas acções, na perspectiva de assistência aos clientes, tais como:

- Atribuição de moratória de capital em empréstimos de médio prazo para acomodar a pressão do fluxo de caixa devido ao impacto da Covid-19;

– Maior monitoria aos clientes que apresentam sinais de stress devido à covid-19 e proactivamente aproximando-nos dos mesmos para apresentar uma proposta de reestruturação;

– Implementação do programa de alívio para clientes impactados pela covid-19, maioritariamente beneficiado pelo retalho.

Na perspectiva de preservação de activos, antecipação e mitigação do perfil de risco de crédito:

– A carteira de crédito foi reavaliada, com foco para os sectores com probabilidade alta de impacto;

– Introduzidas estratégias faseadas de mitigação de risco, considerando que a extensão e duração das tensões da Covid-19 ainda são desconhecidas, sendo este um evento em desenvolvimento;

– Revisão do apetite (limites, parâmetros, entre outros) em alguns subsegmentos da banca de retalho.

No que concerne a reestruturação de créditos, o banco reestruturou cerca de 2.2 bilhões de meticais, que corresponde a 5.7% da carteira de crédito.

Relativamente às provisões regulamentares, e conforme Comunicado do Banco de Moçambique, de 30 de Março, não foram criadas provisões para os clientes reestruturados no âmbito da covid-19, durante o período de Abril a Dezembro de 2020.

Os ajustamentos dos parâmetros dos modelos internos da NIRF 9, incluindo a componente de previsão da performance da economia (forward looking), foram feitos de forma a reflectir a visão e expectativa do banco para os próximos 6 meses, sendo a próxima revisão prevista para Setembro deste ano.

Da carteira reportada à 31 de Dezembro de 2020, no valor de 39.5 bilhões de meticais (exposição no balanço), apenas 5.54% desta foi afectada pela pandemia covid-19, mantendo-se uma qualidade aceitável, com um nível de inadimplência dentro do apetite de risco definido.

## 10. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é assumido como o risco de perdas decorrentes de alterações no mercado, dos preços usados para a quantificação de valor, sobre as exposições abertas, sobre os instrumentos financeiros em moeda nacional e estrangeira.

Os produtos financeiros derivados em moeda externa estão expostos a variação de valor por efeito cambial, e as operações sobre títulos financeiros em moeda nacional expõem-se à variação de valor por efeito de alterações nas taxas de juros. Para ambos os casos, são estabelecidos mecanismos de cobertura e de mitigação de riscos.

### 10.1 ESTRUTURA, FUNÇÃO E ÂMBITO DO RISCO DE MERCADO

O risco de mercado está inserido na função de risco e nas suas atribuições actua com toda a independência, sendo que o seu âmbito cobre as actividades da sala de mercados e os seus relatórios de risco são em forma de modelos de processamento, maioritariamente automatizados, interligados aos sistemas operativos do banco.

### 10.2 ESTRATÉGIAS E PROCESSOS DE GESTÃO

A estratégia de gestão do risco de mercado consiste na fixação de limites de exposição, por carteira e por emissor de risco, adequando-a à conjuntura do mercado, bem como a fixação do nível de perdas máximas por cada carteira de negócio.

#### 10.2.1 LIMITES DE EXPOSIÇÃO

Este procedimento consiste na fixação de um limite de exposição, calculado em função do movimento máximo histórico no preço que lhe é específico, e das expectativas de vendas, tendo como referência a potencial perda assumida pelo banco, para o emissor e ou para a carteira de negócio.

#### 10.2.2 POTENCIAIS PERDAS MÁXIMAS POR DIA E POR CARTEIRA

Este procedimento, em paralelo com o acompanhamento diário do movimento nas taxas de juro e de câmbio, permite antecipar o risco de perdas e assegurar que quando ocorrem, não excedam os níveis de tolerância. Contudo, caso a quebra de limites se efective, imediatamente são activados os planos adicionais de controlo e de mitigação.

#### 10.2.3 AMPLITUDE NA VARIAÇÃO DOS PREÇOS

Este é um factor determinante na gestão do risco de perdas e revisão dos limites, pois, associado ao nível de exposição, determina o nível de ganhos e perdas cambiais e monetários.

### 10.3 POLÍTICAS DE COBERTURA, MITIGAÇÃO E MONITORIA DOS RISCOS

#### 10.3.1 COBERTURA / MITIGAÇÃO DOS RISCOS

Relativamente aos produtos de mercado cambial, aos quais se reconhece significativo risco devido à permanente variação do nível de exposição, associado à volatilidade da taxa de câmbio, e por vezes elevada materialidade, são de equacionar perdas potenciais significativas. Por este facto, os processos de controlo justificam elevado rigor e simultaneidade na sua implementação, conforme segue:

##### 10.3.1.1 Carteiras de Exposição

Para as obrigações e Bilhetes do Tesouro, comprados com o propósito de revenda (agrupados na carteira de negociação), o Standard Bank, dispõe de uma política que estabelece prazos máximos de revenda. O objectivo principal desta política, é alertar sobre o risco de manutenção de títulos com significativas dificuldades de mercado, quer dizer, de difícil colocação no mercado secundário. Sendo identificado determinado risco de mercado de um produto, poderá ser recomendada a redução do limite de exposição e/ou a promoção da sua revenda, mesmo que seja em condições menos vantajosas.

De forma genérica, para todos os produtos da Sala de Mercados, são mensurados mensalmente os efeitos de oscilação de preços no mercado, os quais são reflectidos à exposição nesses produtos, agrupados em carteiras, para o ajustamento de provisões constituídas, cujo objectivo é antecipar as eventuais perdas por efeitos do risco de mercado, e igualmente mensurar em que medida afectam os níveis de tolerância, bem como a avaliação de adicionais procedimentos de mitigação.

É igualmente avaliada a pertinência de ajustamento das margens mediante as condições de liquidez no mercado, para o exercício do ponto anterior, que traduza o verdadeiro efeito de mercado, nas nossas posições abertas. Com este procedimento, espera-se que as provisões de perdas por variação de preços reflectam o verdadeiro efeito do risco de mercado.

Para o caso do mercado cambial, são fixadas as margens associadas a cada moeda estrangeira, as quais são periodicamente revistas, de modo que reflectam o risco mais próximo possível, tal que seja calculado o valor do movimento adverso das taxas de câmbio, para posterior ajustamento das provisões de perdas já criadas.

De forma genérica, para o sucesso deste procedimento, são paralelamente revistos os limites de exposição, para atender às necessidades do negócio e mitigar o impacto de perdas, conforme a percepção efectiva do risco de mercado.

O PV01 do qual temos vindo a fazer referência, é uma medida de sensibilidade que se traduz no efeito quantitativo sobre uma posição representativa de um instrumento financeiro, se o preço que lhe está associado variar em um ponto base (0.01%).

### 10.4 ÂMBITO E NATUREZA DOS RELATÓRIOS E MONITORIA DOS RISCOS

Relativamente aos processos de monitoria, o Departamento do Risco de Mercado prepara e distribui, diariamente, um relatório que agrega a exposição em todas as carteiras de negócio e emissores individuais de risco. Neste relatório, são apresentados os resultados de gestão, os orçamentos e os limites, para a avaliação do desempenho, em termos de rendibilidade e de disciplina (operacionalidade dentro dos limites). Os desvios e as excepções são explicados no mesmo relatório.



As excepções intencionais poderão ocorrer mediante a solicitação fundamentada pela unidade de negócio de origem e sujeitas à aprovação competente, na condição de não comprometerem as responsabilidades prudenciais do banco e de haver a apresentação de um plano de reversão à situação normal.

O Departamento de Risco de Mercado identifica, por antecipação, os potenciais factores de risco emergentes e discute as modalidades de mitigação dos mesmos, em reunião para o efeito por si convocada. Para os casos de riscos residuais, estes são incluídos no relatório mensal que este departamento apresenta na Reunião do Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP).

Mensalmente, por antecipação da reunião do Comité de Política Monetária, são avaliados os prováveis movimentos nas taxas de câmbio e de juro, os quais, em paralelo com o nível de exposição nas carteiras abertas de negócio, permitem a mensuração do seu impacto. O objectivo principal é verificar até que nível o ambiente do mercado poderá transmitir uma situação de turbulência nas carteiras de negócio do banco. Conforme seja a conclusão da análise aos resultados deste exercício, poderão ser emitidas sugestões mitigatórias e/ou revisão das estratégias do banco, conforme o que for decidido nos comités específicos.

## 11. RISCO OPERACIONAL

### 11.1 PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

Os riscos, negativos e positivos, que podem ter impacto na estratégia, processos e produtos, devem ser identificados e quantificados. A eficácia e a eficiência dos mecanismos de controlo aplicados têm de ser avaliadas e, quando forem consideradas insuficientes, têm de ser aplicados mecanismos de controlo adicionais, tomando em consideração os custos e benefícios globais.

Assim, os riscos materiais identificados são priorizados e monitorados através de indicadores e, quando os limiares de risco são violados, são escalados aos fóruns de governação apropriados.

O risco operacional é definido como o risco de perda sofrida como resultado da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e/ou sistemas ou de eventos externos. Isto inclui, mas não se limita aos seguintes tipos de risco operacional especializados: risco de informação, risco legal, risco de fraude, risco de compliance, risco de modelagem; risco tecnológico, risco cibernético, risco tributário, risco de terceiras partes, risco de interrupção de negócios, risco de capital humano, risco contabilístico e financeiro, risco de activos físicos, risco ambiental e social.

No entanto, encontra-se implementada uma estrutura apropriada para gerir determinados sub-tipos de risco operacional críticos, isto é, risco de informação, gestão da continuidade do negócio, fraude e terceirização.

São também considerados como riscos associados ao risco operacional, os que abaixo se seguem:

***Risco de Informação:*** o risco de uso, acesso, modificação, divulgação ou destruição accidental ou intencional não autorizado de recursos de informação que pode comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informação e, por seu turno, prejudicar o negócio.

***Risco Legal:*** o risco legal é o risco de perdas, reclamações, danos, contencioso, multas, perda de oportunidades, danos para a reputação ou outras perdas de valor da empresa (“perdas legais”) total ou parcialmente imputáveis à aplicação da lei ou de princípios jurídicos.

***Risco Fiscal:*** o risco fiscal corresponde à possibilidade de sofrer perdas inesperadas, financeiras ou de outra natureza, em consequência da aplicação de sistemas fiscais, contidos em sistemas legislativos, despachos ou práticas, aplicáveis ao espectro completo de impostos e a outras imposições a que o Banco esteja sujeito.

***Risco de Conformidade:*** o risco de sanções legais ou regulamentares, prejuízos financeiros ou perdas de reputação que o Banco possa sofrer em consequência de não cumprir as leis, regulamentos, códigos de conduta e normas de boas práticas aplicáveis às suas actividades de negócio.

***Risco Ambiental e Social:*** o risco ambiental corresponde a uma medida das potenciais ameaças para o ambiente que podem decorrer da actividade do Banco. Combina a probabilidade de factos que causem ou levem à degradação do ambiente e a magnitude dessa degradação.

***Risco de Crime Financeiro:*** o risco de crime financeiro é o risco de perdas económicas, risco para reputação e de sanções das autoridades decorrente de qualquer tipo de crime financeiro contra o Banco. O crime financeiro inclui fraude, branqueamento de capitais, crime violento e actos ilícitos de empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, partes interessadas e terceiros.

***Risco de Terceirização:*** o risco de subcontratação é definido como o risco de um prestador de serviços, membro ou não do grupo de empresas, interromper ou cancelar uma actividade, serviço, função ou processo comercial importante, expondo assim o Banco ao risco de não cumprir as suas obrigações financeiras e de prestação de serviços.

***Risco de Tecnologias de Informação:*** o risco de tecnologias de informação do Banco refere-se ao risco associado à utilização, propriedade, operação, envolvimento, influência e adopção de tecnologias de informação no banco. Consiste em factos e condições relacionados com tecnologias de informação que podem potencialmente afectar a actividade. Pode verificar-se com frequência e magnitude incertas e cria desafios em várias áreas da empresa. O risco de tecnologias de informação também inclui o risco de mudança, que resulta de mudanças, actualizações ou alterações efectuadas em infra-estruturas de tecnologias de informação, sistemas ou aplicações que possam afectar a fiabilidade do serviço e a disponibilidade do equipamento ou sistema.

***Risco de Activos Físicos:*** trata-se do risco de perda ou danos em instalações e/ou activos físicos causados por desastres naturais ou devido a outras causas.

***Risco de Capital Humano:*** trata-se do risco de perdas decorrentes de práticas inadequadas em termos de recrutamento, desenvolvimento, gestão e/ou retenção de empregados e prestadores.

***Risco Contabilístico e Financeiro:*** trata-se do risco de perdas devido à gestão e supervisão inadequadas de processos financeiros e contabilísticos internos.

### 11.2 COMPONENTES DA GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

Os seguintes princípios de gestão de risco, estão integrados em todo o ciclo de gestão do risco operacional:

#### 11.2.1 APETÊNCIA PELO RISCO

A apetência por risco operacional corresponde à natureza e o montante de risco operacional que o Banco está disposto a aceitar na prossecução dos seus objectivos estratégicos e financeiros. A tolerância ao risco operacional corresponde à avaliação de risco máximo que o Banco está disposto a suportar durante curtos períodos de tempo.

A apetência por risco operacional contém tanto medidas quantitativas e qualitativas como financeiras e não financeiras e suporta a apetência do Banco pelo risco e é, por seu turno, suportada pela matriz de materialidade, que contém outras medidas de avaliação para cobrir um conjunto de riscos mais alargado.

#### 11.2.3 GESTÃO DE INCIDENTES

Os incidentes de risco operacional desempenham um papel crítico na compreensão do nível de exposição do Banco à este tipo de risco, levando assim, a uma melhor compreensão da potencial probabilidade (frequência) e/ou impacto (severidade) desses eventos, que se espera que leve a um tratamento mais eficaz dessas exposições.

Todos os incidentes de risco operacional devem ser comunicados assim que possível e no máximo 48 horas depois de o incidente ter sido identificado, de modo a garantir que todas as questões relevantes são tratadas atempadamente, que o seu envio ao nível hierárquico relevante é executado e que os prazos oficiais são cumpridos.

As perdas de risco operacional são tratadas e contabilizadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF/IFRS) e com os requisitos decorrentes dos Acordos de Basileia e os requisitos legais e regulamentares do país, assim como de acordo com as políticas e procedimentos internos do Banco.

A norma é que as perdas de risco operacional devem ser contabilizadas na conta respectiva de perdas operacionais no período (isto é, no mesmo mês ou ano) em que o incidente de risco operacional se verificou.

São contabilizadas provisões para incidentes no processo de investigações em contas transitórias de perdas até 90 dias. Seguidamente, são anuladas se não houver justificação plausível para mantê-las. As medidas de perdas de risco operacional são comunicadas a comissões de governação (CE-Comissão Executiva e CGR-Comissão de Gestão de Risco). Incluem perdas irre recuperáveis (em valor e em percentagem dos proveitos brutos) e perdas em suspenso (ainda não concretizadas).

#### 11.2.3 ANÁLISE DE CENÁRIOS E TESTES DE ESFORÇO “STRESS”

A análise de cenários é executada anualmente e tem em conta dados internos, dados externos, riscos-chave e emergentes para identificar eventos de risco operacional significativos e catastróficos.

Estes eventos têm em conta uma estratégia de mitigação proactiva, testar os mecanismos de controlo existentes e incorporar a ordenação de riscos em função da sua prioridade, a capacidade de resistência do negócio, seguros e cálculos do capital.

Outras análises de cenários através de testes de esforço são executadas pelo menos anualmente para uma gama de cenários económicos, ao nível da equipa do Risk Data. Estes, baseiam-se em choques económicos severos plausíveis que podem afectar simultaneamente vários factores de risco diferentes.

#### 11.2.4 AVALIAÇÃO DE RISCO (RCSA) E INDICADORES DE RISCO-CHAVE (KRIS)

##### 11.2.4.1 AVALIAÇÃO DE RISCO (RCSA)

A Auto-avaliação de Controlo de Risco é a ferramenta utilizada no Banco para identificar o risco e avalia o risco inerente, a eficácia do ambiente de controlo e o risco residual. São anualmente executadas avaliações de risco, de forma contínua, reflectindo o ambiente operacional para assegurar a sua relevância.

A avaliação integrada de riscos-chave, permite uma definição eficaz das prioridades em termos de mitigação de riscos face à apetência pelo risco para garantir que os riscos são geridos eficiente e eficazmente no negócio. Em coordenação com o responsável alocado, são considerados, o risco inerente, a efectividade do controlo, o risco residual e planos de acção, sempre que o risco residual não esteja dentro do apetite.

##### 11.2.4.2 INDICADORES DE RISCO-CHAVE (KRIS)

Os indicadores de risco-chave são usados como medida para acompanhar os factores que despoletam riscos. Além disso, correspondem a um alerta de aumento da exposição ao risco, bem como monitoria das medidas de desempenho. Um conjunto eficaz de indicadores de risco-chave fornece informações aprofundadas sobre potenciais riscos que podem afectar a consecução de objectivos ou indicar a presença de oportunidades.

#### 11.2.4 MONITORIA E “ASSURANCE”

As revisões de monitoria e “assurance” são realizadas e reportadas em linha com a metodologia de garantia combinada de risco operacional integrado. A função de monitoria do banco “Combined Assurance-CAWO” é responsável por fornecer um plano de monitorias integrado e acompanha e monitora as matérias significativas identificadas.

A monitoria e “assurance” executadas pelas unidades de controlo (controlo Interno, compliance e Auditoria Interna) avaliam de forma objectiva e independente a adequação e a eficácia da implementação da “framework” e das políticas de risco operacional, assim como os mecanismos de controlo implementados dentro de cada unidade de negócio ou área de suporte.

Um plano integrado de “assurance”, assinalando temas de cobertura relevantes é apresentado a Comissão de Gestão de Riscos e submetido a Comissão de Auditoria.

#### 11.2.6 DADOS E INFORMAÇÃO ANALÍTICA

Os dados de risco operacional são registados, conservados e/ou geridos no sistema de gestão do risco operacional para assegurar relatórios e análises exactos, completos e atempados. Todos os dados são mensalmente reconciliados com o sistema contabilístico/financeiro. As variâncias são substanciadas e devem ser resolvidas dentro de prazos razoáveis e de acordo com medidas correctivas adequadas e documentadas.

São aplicados princípios de agregação de dados de riscos e comunicação de riscos eficazes (em inglês, Risk Data Aggregation and Risk Reporting,” RDARR”) nos termos da norma BCBS 239 do Comité de Basileia para a Supervisão Bancária, em cada função de risco operacional para garantir que as questões relativas aos dados sejam discutidas, monitoradas e resolvidas dentro de prazos razoáveis e, quando adequado, que as questões significativas sejam remetidas aos fóruns relevantes.

#### 11.2.7 REPORTE

A prestação de informações é feita tanto em base regular (negócio e regulamentar), como excepcional, em períodos de stress. O risco operacional desenvolve limiares de materialidade alinhados com os limiares do Grupo (financeiros e não financeiros) que escalam imediatamente os incidentes significativos às várias estruturas de negócio e gestão de riscos do Banco.

Estes limiares de relevância têm de definir quais são as exposições que têm de ser comunicados às várias comissões de gestão. Os planos de acção e a aceitação de riscos são reflectidos nos relatórios de risco operacional para garantir que sejam tomadas medidas correctivas atempadamente.

Os relatórios destinados a comissões de gestão e risco assinalam as exposições ao risco operacional actuais e potenciais, face à apetência pelo risco, os incidentes significativos e os planos de acção aplicáveis baseados no perfil de risco operacional. A matriz de materialidade, é usada para decidir quais são as excepções identificadas durante a monitoria regular do perfil de risco operacional a serem comunicadas e remetidas à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração para avaliação e acção atempada.

#### 11.2.8 PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS NOVOS E ALTERADOS ( NAPPC)

Encontra-se em vigor um processo de aprovação para todos os produtos, processos e canais novos ou materialmente alterados, pelas unidades onde riscos operacionais materiais associados à introdução ou alteração são identificados, que possam afectar a consecução dos objectivos comerciais.

A política de NAPPC, cobre produtos, serviços, processos e canais de negócios novos ou alterados. É feita a documentação formal dos riscos pelos “product owners” envolvendo todas as partes interessadas. Estas, devem igualmente participar na revisão pós-implementação, para validar o NAPPC face às especificações originais.

#### 11.2.9 CONTROLO DE SEGUROS

O Banco utiliza seguros como uma estratégia de mitigação para recuperar perdas que possam surgir devido a incidentes de risco operacional. A estratégia de contratação de seguros tem em consideração a cobertura de risco operacional ao nível do Grupo, com vista a garantir uma cobertura adequada. Para otimizar o

custo da cobertura, o Grupo recorre a uma empresa cativa (Stanbic International Insurance Limited – SIIL) para financiar a retenção de risco até certos limites pré-determinados e transfere o saldo das exposições não retidas para seguradoras e resseguradoras no mercado segurador convencional.

Procede-se a uma revisão e aperfeiçoamento contínuos das coberturas de seguros ao nível local, para garantir que se mantêm relevantes e adequadas ao fim a que se destinam. O programa de seguros do banco é monitorado através do fórum de Gestão de Seguros Corporativos, supervisionado pelo Risco. Em 2020, o nível de adequação do programa de seguros, foi considerado óptimo.

### 11.3 SUB-TIPOS DE RISCO OPERACIONAL ESPECIALIZADO

#### 11.3.1 RESILIÊNCIA DE NEGÓCIO

A resiliência de negócios é a capacidade das operações de uma organização prevenirem, adaptarem, responderem e aprenderem com perturbações operacionais, mantendo simultaneamente operações comerciais ininterruptas e salvaguardando pessoas, activos e o valor global da marca. Trata-se de um processo de gestão holístico, que permite ao Standard Bank proteger vidas, activos e `a sua reputação e ainda, continuar a disponibilizar serviços e produtos críticos a níveis aceitáveis, na sequência de um incidente disruptivo.

Os principais objectivos da resiliência do negócio dentro do banco, são preservar vidas e salvaguardar activos, gerir os impactos financeiros e reputacionais na sequência da perturbação e garantir a resiliência e continuidade de serviços de negócio críticos.

Para apoio na resposta a uma perturbação do negócio, são desenvolvidos planos de continuidade de negócios pelas unidades críticas, incluindo, o plano de continuidade de serviços informáticos e as equipas de gestão de crises. Estes são regulamente testados para avaliar a sua eficácia.

O fórum de Resiliência de Negócio supervisiona a implementação da capacidade de resiliência do banco e reporta ao Comissão de Gestão de Risco. Ao longo de 2020, o exercício “DCP failover” da plataforma de canais, aliado a elevada capacidade de resposta à Covid-19, sob a direcção da equipa de gestão de crises (CMT), reiteraram a capacidade e prontidão do banco na recuperação e garantia de continuidade das suas funções críticas, com reduzido impacto no cliente.

#### 11.3.2 RISCO DE INFORMAÇÃO

O Standard Bank assegura que são concebidas e implementadas medidas razoáveis e proporcionais para gerir o risco de uso, acesso, modificação, divulgação ou destruição accidental ou intencional não autorizado de recursos (activos) de informação que possam comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de informação.

A unidades críticas devem identificar, classificar e garantir a protecção da sua formação durante o seu ciclo de vida, seguindo uma abordagem baseada no risco e os gestores de risco de informação devem garantir que sejam incluídos riscos de informação nas avaliações de risco (RCSAs), análises de cenários, monitoria e reporte de riscos.

O protocolo de trabalho remoto, alinhado as restrições do distanciamento social devido à Covid-19 em 2020, elevaram a exposição do banco a riscos relacionados com informação (gestão de acessos lógicos e privilegiados, privacidade de dado e prevenção de fuga de dados). Varias iniciativas de consciencialização foram levadas à cabo, aliada a aprovação da implementação uma solução robusta de gestão de acessos.

#### 11.3.3 GESTÃO DO RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO

O processo de gestão de risco, inclui a gestão contínua do risco decorrente da terceirização de actividades comerciais e funções relevantes. O risco de subcontratação é definido como o risco de um prestador de serviços, membro ou não do grupo de empresas, interromper ou cancelar uma actividade, serviço, função ou processo comercial importante, expondo assim o Banco ao risco de não cumprir as suas obrigações financeiras e de prestação de serviços.

Em 2020, foi implementada uma política interina de terceirização. O foco passa pela consolidação dos processos de procurement e de gestão de risco numa plataforma automatizada para cobertura dos processos de diligência, contratação, monitoria e avaliação de serviços em linha com os requisitos da política.

#### 11.3.4 RISCO DE FRAUDE

O banco garante que são concebidas e implementadas medidas razoáveis e proporcionais para prevenir, detectar, monitorar, comunicar e responder adequadamente a fraude.

No âmbito da investigação e risco de fraude, são implementadas iniciativas para gerir a prevenção, detecção e resposta a fraudes no banco. É assegurada consciencialização, formação e comunicação no seio do Banco e com os clientes através das plataformas disponíveis.

Os gestores de risco operacional colaboram com os gestores do risco de fraude para incorporar o modelo de gestão de risco de fraude no conceito de serviços financeiros universal. Estes, participam nas avaliações de risco (RCSAs), na análise de cenários e no processo de NAPPC dando contributos relacionados com o risco de fraude.

### 11.4 GESTÃO DE CAPITAL

Os processos de planeamento de capital e de gestão de capital são integrados na abordagem geral à gestão dos riscos e à tomada de decisão no banco, em conformidade com os requisitos regulamentares. O processo usado para determinar o capital económico do risco operacional é revisto regularmente com vista a garantir que os riscos sejam devidamente cobertos e que a cobertura de capital reflecta o perfil de risco operacional.

Os requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional são determinados de acordo com o método do indicador básico (BIA), no qual a base de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional (KBIA) corresponde a 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador relevante anual positivo.

#### 11.4.1 INDICADOR RELEVANTE

- O indicador relevante é o resultado da soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas, numa base anual, reportadas ao final do exercício financeiro, podendo as instituições, numa base temporária, utilizar estimativas quando não se encontrem disponíveis dados auditados.

- Caso, para um dado ano, a soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas seja negativa ou igual a zero, esse valor não deve ser tido em conta no cálculo da média dos últimos três anos, quer no numerador, quer no denominador.

## 12. RISCO CIBERNÉTICO

Risco cibernético refere-se qualquer risco de perda financeira, interrupção ou dano à reputação de uma organização. Este pode materializar-se de formas diversas, como:

- Violações de segurança para ter acesso aos sistemas de informação;
- Violações não internacionais ou acidentais de segurança;
- Riscos operacionais de TI, devido a factores como baixa integridade dos sistemas;
- Interrupção de Serviços;
- Vazamento de informação confidencial;
- Violação de segurança nos parceiros ou fornecedores;
- Instalação de malwares para controle remoto (Ransomware);
- Exploração de vulnerabilidades relacionado a usuários finais;
- Ataques usando engenharia social (phishing);
- Obtenção do código OTP das transações;
- Instalação de software maliciosos nas caixas automáticas (ATM).



Por ser um dos riscos emergentes, o banco está atentamente a monitorar os ataques cibernéticos, já que estes expõem o banco ao risco reputacional e à perdas financeiras que impactam negativamente a posição de liquidez e de capital do banco.

O Banco tem unidades que gerem o risco cibernético e são responsáveis por garantir a efectividade dos controlos nas várias linhas de defesa. A equipe de Tecnologias de Informação é a mais vital, contudo os ataques cibernéticos podem advir também de falha de segurança física.

Como forma de mitigação efectiva e adequada às ameaças ou riscos cibernéticos, o banco estabeleceu um fórum cibernético, com autoridade para discutir e monitorar iniciativas no âmbito da mitigação ao Risco Cibernético. O fórum reúne múltiplos actores para a discussão de problemas de segurança cibernética actuais e novas tendências e iniciativas relacionadas com aspectos de segurança cibernética.

Importa referir que um dos melhores mecanismos de defesa é o comportamento do utilizador final, pelo que o Standard Bank publica, de forma sistemática, campanhas de sensibilização de ciber-segurança e testa a sua capacidade de resiliência cibernética com práticas de exercícios de simulação de intrusão.

### 13. RISCO TECNOLÓGICO

É definido como o risco de perdas, em consequência de sistemas que falharam ou que sejam inadequados, violações de segurança e investimentos, desenvolvimento, implementação, suporte e capacidade dos sistemas inadequados. As causas podem incluir:

- Má concepção/codificação duma aplicação;
- Testes inadequados;
- Ambiente informático deficiente (hardware e software operativo);
- Tabelas ou ficheiros corrompidos;
- Falha de fornecedores externos;
- Incumprimento dos procedimentos por parte dum operador;
- Procedimentos ou documentação operacional inadequados;
- Segregação dos ambientes;
- Erro de um utilizador; e
- Falha de segurança do sistema.

Para garantir a Continuidade do Negócio, em caso de falhas dos sistemas críticos, o banco tem se focado em efectuar os testes de desastre anualmente no seu Centro de Recuperação de Negócio (DRP site) localizado na Matola.

Em resposta as recomendações acordadas pela equipa de gestão de crises (CMT) por causa da nova pandemia do novo COVID-19, a Direcção de Tecnologias de Informação tem providenciado o equipamento e suporte necessário para garantir a continuidade de negócio, permitindo o acesso remoto a certas aplicações internas do banco. Desta forma, foi definido pelo banco uma percentagem mínima aceitável de colaboradores a trabalhar directamente nas instalações do Banco seguindo uma escala de rotações previamente definidas. A resposta tem sido satisfatória tomando em consideração os constrangimentos enfrentados, e as análises de Risco e Controlos mitigantes abaixo foram implementados de forma a garantir a continuidade de negocio no ambiente seguro e com a devida monitoria.

- Avaliação do risco de acesso remoto (VPN);
- Monitoria de log do acesso remoto;
- Garantir a actualização dos agentes de segurança nos dispositivos;
- Robustecer do segundo factor de autenticação no acesso remoto;
- Melhoramento da postura de segurança;
- Avaliação da maturidade cibernética;
- Monitoria dos controlos implementados.

Está em curso o processo de estabilização das plataformas de canais digitais, cujo principal objectivo é corrigir as deficiências actualmente existentes nas plataformas, a fim de garantir a disponibilidade constante dos serviços e garantir maior escalabilidade e resiliência das plataformas de canais e do sistema central bancário (T24).

### 14. PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

O Standard Bank detém participações em quatro (4) entidades, pelos motivos que se seguem:

Entidade	Objectivo/Motivo
- Parque Industrial da Matola (PIM)	Objectivos estratégicos/relacionamento
- SIMO	Motivos regulamentares
- Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.	Motivos regulamentares
- Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.	Gerar ganhos de capital

### 14.1 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO

Os investimentos não cotados compreendem os investimentos de capitais classificados como activos financeiros e são mensurados o justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), como segue:

(Valores em milhares de Meticais)		
Descrição	Dez-20	Dez-19
Participação no capital próprio:		
- Parque Industrial da Matola (PIM)	1 121	1 121
- SIMO	97 167	97 167
- Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.	3 750	3 750
- Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.	6 000	6 000
<b>Total</b>	<b>108 038</b>	<b>108 038</b>

O Standard Bank não registou prejuízos acumulados nos investimentos não cotados na bolsa de valores, reportados à 31 de Dezembro de 2020.

### 15. RISCO DE TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA

#### 15.1 GESTÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA (RTJCB)

##### 15.1.1 DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

O risco de taxa de juro da carteira bancária refere-se ao risco presente e/ou futuro para os rendimentos e o capital do banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afectem as posições da carteira bancária do banco.

As alterações das taxas de juro afectam os rendimentos de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor actual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais. Níveis excessivos de risco de taxa de juro da carteira bancária podem constituir uma ameaça significativa para os rendimentos futuros e/ou para a base de capital de um banco se não forem geridos adequadamente.

Os três principais subtipos de risco de taxa de juro da carteira bancária são:

- **Risco de diferencial de duração:** decorre da estrutura de prazos dos instrumentos da carteira bancária e refere-se ao risco decorrente de alterações dos prazos dos instrumentos. A extensão do risco de diferencial de duração depende de se as alterações da estrutura de prazos das taxas de juro se verificam uniformemente em toda a curva de rendibilidades (risco paralelo) ou diferentemente em função do prazo (risco não paralelo), sendo também designado por risco da curva de rendibilidades;

- **Risco de indexante:** o impacto de alterações relativas das taxas de juro de instrumentos financeiros com prazos semelhantes, mas cujos preços são fixados recorrendo a taxas indexantes diferentes;

- **Risco de opcionalidade:** decorre de posições em instrumentos derivados com opções ou de opções incorporadas em activos, passivos e/ou rubricas extrapatrimoniais de um banco, em que a opção dá ao banco ou ao seu cliente o direito, mas não a obrigação, de alterar o nível ou as datas dos fluxos de caixa. O risco de opcionalidade pode ser caracterizado como risco de opcionalidade automático (por exemplo posições em instrumentos derivados) ou comportamental (isto é reembolso antecipado).

Dado o modelo de negócio geral e a estratégia do banco, bem como os mercados em que desenvolve a sua actividade, o elemento que mais contribui para o risco de taxa de juro da carteira bancária é o risco de rubricas insensíveis à taxa de juro e do capital, que é definido como um caso especial de risco de diferencial de duração. O risco de rubricas insensíveis à taxa de juro e do capital refere-se à exposição ao risco de taxa de juro decorrente de activos insensíveis à taxa de juro (tais como activos não remunerados) e/ou passivos insensíveis à taxa de juro (tais como passivos não remunerados) e do capital. Inclui activos e passivos parcialmente sensíveis, em que o activo ou o passivo pode ser modelado através de uma parte totalmente sensível e de uma parte totalmente insensível à taxa de juro. Como exemplos de passivos parcialmente sensíveis, temos os depósitos

com rendibilidades da chamada "taxa indolente", em que só uma parte da alteração da taxa de juro é passada para os clientes a critério do banco.

O cálculo da base insensível é descrita abaixo:

Passivos e Fundos Próprios	Menos Activos
• Capital próprio e reservas	• Saldos de Caixa com o Banco Central (insensível a taxa de juros)
• Contas transaccionais não remuneradas	• Notas e moedas
• Porção modelada insensível às taxas de juro dos depósitos remunerados	• Activos tangíveis
• Outros passivos não-remunerados	• Outros activos não-remunerados

#### 15.1.2 GESTÃO, MONITORIZAÇÃO E MITIGAÇÃO

##### 15.1.2.1 Governação

A equipa de gestão de tesouraria e capital é responsável por mensurar o impacto do risco de taxa de juro e pela sua monitorização e reporte face à apetência pelo risco, à equipe de gestão de tesouraria e capital de África, à Comissão de Gestão de Activos e Passivos do país e à Comissão de Gestão de Activos e Passivos de África.

##### 15.1.2.2 Margem financeira e sensibilidade do valor económico a choques de taxa de juro

O risco de taxa de juro da carteira bancária é gerido de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária do Banco, que se rege pelas normas de risco de mercado.

O risco de taxa de juro da carteira bancária é gerido de acordo com a Política de risco de taxa de juro da carteira bancária.

O valor de referência para a sensibilidade à taxa de juro da carteira bancária é o impacto acumulado de 12 meses de um choque de taxa de juro na margem financeira da forma prescrita pelo Comissão de Gestão de Activos e Passivos. Os choques paralelos de taxa de juro são calibrados por moeda relevante, considerando tanto os ambientes de taxa de juro vigentes como históricos em Moçambique. O limite imposto pelo Comissão de Gestão de Activos e Passivos é uma alteração máxima adversa de 10% da margem financeira anual projectada quando o balanço for sujeito a um choque de taxa de juro específico de uma moeda.

O quadro seguinte mostra o impacto acumulado de 12 meses na margem financeira do banco em 31 de Dezembro de 2020.:

Choque paralelo de taxa de juros	Impacto cumulativo de 12 meses de um choque paralelo de taxa de juros na MF (MZN milhões)	Impacto na MF, % da MF projectada a 12 meses (limite do ALCO – 10%)
+250bps	1.106	16.41%
-250bps	-1.171	-17.38%

Embora a cobertura do risco de rubricas insensíveis à taxa de juro e do capital tenha reduzido o nível de sensibilidade da margem financeira, a dimensão e o prazo das coberturas (considerando os instrumentos disponíveis) não anulam totalmente a compressão da margem em caso de choque descendente grave. As oportunidades de cobertura e o posicionamento são acompanhados em permanência.

Choque paralelo de taxa de juros	Impacto cumulativo de 12 meses de um choque paralelo de taxa de juros na MF (USD milhões)	Impacto na MF, % da MF projectada a 12 meses (limite do ALCO – 10%)
+100bps	0.63	6.87%
-100bps	-0.01	-0.12%

Os resultados do choque de taxa de juro em moeda estrangeira situaram-se ambos abaixo da directriz de 10%.

O banco usa obrigações soberanas de taxa fixa ou taxa variável (caso existam) e bilhetes do tesouro com prazos mais longos para ajudar a cobrir o seu risco de taxa de juro da carteira bancária, dado que o mercado de swaps de taxas de juro ainda é pouco desenvolvido.

PUBLICIDADE

REALIZAR OS SEUS  
SONHOS COMEÇA  
POR ACREDITAR QUE  
É POSSÍVEL



### 16.1.1 DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

A nível operacional, faz-se uma distinção entre o risco de liquidez em termos de financiamento e o risco de liquidez em termos de mercado.

- O risco de liquidez é difícil de prever e pode rapidamente escalar. Uma crise de liquidez pode ter efeitos negativos, sendo o mais severo a falência do banco. Estes efeitos podem incluir significativas perdas de resultados, venda de activos a preços forçados, que provocam distorções nos mercados financeiros e mudanças repentinas nos volumes e termos de contratos de crédito, que podem retrair a actividade económica. A política de liquidez apresenta parâmetros de gestão de liquidez bastante conservadores, que garantam que o banco detém liquidez adequada e suficiente para situações normais de operação e situações de esforço.

### 16.1.2 GOVERNAÇÃO

Comité/Orgão		Objetivos de Governança
<div>Conselho de Administração</div> <div>↑</div> <div>Comité de Gestão de Risco/Comissão Executiva</div> <div>↑</div> <div>CGAP do SBM</div>	<div>Conselho de Administração do Grupo</div> <div>↑</div> <div>CGAP do Grupo</div> <div>↑</div> <div>CGAP da Região Africana</div>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir padrões de risco de liquidez e de apetência pelo risco;</li> <li>Considerar requisitos regulamentares de liquidez e condições operacionais; e</li> <li>Manter um modelo de governação compreensivo e consistente para a gestão do risco de liquidez do banco.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>Rever a conformidade com os padrões de risco de liquidez;</li> <li>Posicionar o balanço do banco conforme as condições regulamentares e de mercado em relação ao risco de liquidez;</li> <li>Garantir a existência de políticas de risco de liquidez e específicas alinhadas à apetência pelo risco do banco; e</li> <li>Considerar a implementação de estratégias por forma a maximizar a eficiência do balanço dentro dos parâmetros de apetência pelo risco.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o cumprimento das políticas e padrões de risco de liquidez;</li> <li>Considerar e executar os requisitos estratégicos de gestão de liquidez aplicáveis ao nível do banco;</li> <li>Garantir uma gestão efectiva do CGAP do banco;</li> <li>Avaliar e analisar as condições de esforço de liquidez e os respectivos planos de contingência de liquidez; e</li> <li>Servir de primeira linha de defesa no caso de um evento de crise de liquidez.</li> </ul>

### 16.1.3 GESTÃO, MONITORIA E APETÊNCIA PELO RISCO

O risco de liquidez é gerido de acordo com um conjunto de princípios pré-definidos. Estes princípios estão alinhados com as boas práticas internacionais e estão desenhadas para suportar a estratégia do negócio, garantindo a existência de liquidez a todo o momento, em todos os ciclos do negócio e em períodos de stress. Estes princípios são monitorados numa base diária; o painel de monitoria de liquidez foi também desenvolvido e é monitorado numa base contínua para identificar prematuramente sinais de crise de liquidez. Os princípios detalhados estão contidos nos padrões de risco de liquidez e políticas relacionadas.

Gestão tática (curto prazo) do risco de liquidez	Gestão estratégica (longo prazo) do risco de liquidez	Gestão do risco de liquidez contingente
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão diária da posição de liquidez</li> <li>• Monitorar a posição curta de liquidez interbancária e títulos com acordo de recompra</li> <li>• Monitorar as necessidades diárias de fluxos de caixa</li> <li>• Gestão de fluxos de caixa de curto prazo</li> <li>• Gestão diária de liquidez em moeda estrangeira</li> <li>• Definir taxas de acordo com o desfasamento de liquidez e necessidades de liquidez contingente conforme informado pelo CGAP</li> <li>• Garantir conformidade com o rácio de liquidez mínimo regulamentar do Banco de Moçambique</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir um balanço com uma estrutura sólida</li> <li>• Identificar e gerir desfasamentos estruturais de liquidez</li> <li>• Determinar e aplicar os perfis comportamentais</li> <li>• Gerir fluxos de caixa de longo prazo</li> <li>• Preservar uma base diversificada de fontes de financiamento</li> <li>• Estabelecer as necessidades de financiamento de longo prazo</li> <li>• Avaliar as exposições de liquidez em moeda estrangeira</li> <li>• Estabelecer apetência pelo risco de liquidez</li> <li>• Garantir a existência de apropriados preços de transferência para o custo de liquidez</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorar e gerir indicadores de alerta antecipado de liquidez</li> <li>• Estabelecer e manter planos de contingência de liquidez</li> <li>• Efectuar numa base regular testes de esforço de liquidez e análise de cenários</li> <li>• Reunir o comité de gestão de crise de liquidez, se necessário</li> <li>• Garantir níveis de excesso de liquidez em consonância com a antecipação a eventos de stress.</li> <li>• Recomendar sobre a diversificação da carteira de excesso de liquidez</li> </ul>

#### 16.1.4 RÁCIO DE LIQUIDEZ (RL)

De acordo com o estipulado pelo Banco de Moçambique no Aviso 14/GBM/2017 de 09 de Junho, o rácio de liquidez, cujo mínimo estabelecido é de 25% é calculado numa base consolidada em moeda nacional, dividindo os activos líquidos pelos passivos de curto prazo (até 12 meses).

O banco espera continuar a cumprir com os requisitos mínimos regulamentares do rácio de liquidez, apesar dos desafios impostos pela COVID-19 que colocam em prova a resiliência do seu balanço, tendo em conta a redução generalizada da atividade económica e declínio na posição de tesouraria da maioria das empresas.

À 31 de Dezembro de 2020, o rácio de liquidez reportado foi de 67.8%, contra 74.2% em Dezembro de 2019.

## 16.2 RISCO DE NEGÓCIO

### 16.2.1 DEFINIÇÃO

O risco de negócio é o risco de perdas, normalmente decorrentes de estruturas de custos inflexíveis ou de ineficiências, devido a condições operacionais adversas causadas por pressões induzidas pelo mercado, tais como uma redução da procura, um aumento da concorrência ou aumentos de custos, e por causas específicas do Standard Bank, tais como escolha da estratégia (risco estratégico), danos para a reputação ou a decisões de absorver custos ou perdas para preservar a reputação (risco reputacional).

### 16.2.2 RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico é um tipo de risco residual que não pode ser integralmente eliminado. É gerido em todo o banco no contexto do exercício da actividade normal, como se segue:

- A gestão monitoriza constantemente a rentabilidade das linhas de produtos e segmentos de clientes face ao orçamento. Como parte dos processos do orçamento e de revisão orçamental há uma forte ênfase em concretizar o crescimento dos resultados, contendo ao mesmo tempo o crescimento dos custos, com barreiras positivas, ou seja, assegurando que o crescimento dos custos não exceda o crescimento dos proveitos.
- É mantido um controlo rígido sobre a base de custos do banco, incluindo a gestão do seu rácio custos/proveitos. Isto permite uma intervenção atempada e medidas por parte da gestão para reduzir custos, se necessário. O banco também tem sempre como objectivo aumentar o rácio custos variáveis/custos fixos, ganhando assim uma maior flexibilidade estratégica para reduzir os custos de uma forma activa e dinâmica durante condições económicas de baixa.
- Um dever de diligência rigoroso é aplicado durante o processo de avaliação de investimentos (em especial para as novas aquisições).
- As áreas de negócio de produtos realizam reuniões de comissões de propostas de novos produtos, quando necessário, em que os riscos e os mecanismos de controlo de mitigação para os novos produtos e serviços são apresentados e debatidos.
- A gestão mantém-se atenta e reactiva às alterações das forças do mercado (explorando alterações potencialmente favoráveis e gerindo o risco de queda devido a alterações desfavoráveis).
- A gestão das partes interessadas é executada para assegurar resultados favoráveis de factores externos fora do controlo do banco.

### 16.2.3 RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional é gerido de uma forma activa e dinâmica para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos indesejáveis e depende principalmente dos processos de identificação e avaliação de riscos.

- Cada Unidade de Negócio tem de desenvolver processos que assegurem que as áreas de potencial risco para a reputação sejam identificadas relativamente às operações ou serviços que facilitam por conta de clientes.
- A gestão das partes interessadas é praticada para garantir resultados positivos que advém de factores externos fora do controlo do banco.

O Standard Bank reconhece que actividades e eventos externos relacionados com o banco desempenham um papel importante na forma como são percebidos pelas partes interessadas. O banco tem políticas e procedimentos de comunicação formal, tais como políticas de redes sociais e política de guia de marca/estilo, que permitem ao banco gerar a marca/construção da reputação, representação do banco perante a imprensa e um planeamento prévio de como os incidentes que podem potencialmente impactar a reputação do banco devem ser geridos.

# AGORA O SEU VOO COMEÇA NO FLAMINGO LOUNGE COM O CARTÃO DE CRÉDITO PLATINUM E GOLD

Porque a sua viagem deve ser a mais confortável, a partir de hoje o seu voo começa no Flamingo Lounge. Com um serviço de excelência e personalizado, agregamos comodidade a sua viagem.

Basta apenas apresentar o seu cartão de Crédito **Platinum ou Gold**, para ter acesso a Sala VIP até 3 horas com:

Espaço Privado

Snacks (Lanches e Bebidas)

Sala de Negócios

Free Wi-Fi

Facilidade para clientes Executive e Private.



Estas políticas e procedimentos descrevem o papel, responsabilidades e processos para a gestão pré e pós ocorrência de um evento de risco reputacional. Para garantir que acções proactivas são levadas a cabo na gestão do risco reputacional, o banco monitora toda a informação publicada, seja ela verdadeira ou falsa em blogs, fóruns de opinião, redes sociais ou artigos, para responder adequadamente em linha com as políticas e procedimentos definidos.

Para atingir este propósito, o banco desenvolveu e colocou em prática o seguinte:

- Ferramentas de monitoria e recursos humanos que detectam todas as publicidades negativas ou ilegítimas sobre o Standard Bank em publicações impressas ou online e responde se necessário;
- Parceiros de monitoria da media para auxiliar no rastreio de eventual menção do nome do Standard Bank; e
- Uma equipe de gestão de crise que compreende colaboradores do banco e parceiros da media que se reúnem e monitoram menções online ao Standard Bank e coordenam qualquer resposta ou sequência de respostas que podem ser necessárias para lidar com qualquer questão reputacional.

Adicionalmente, a unidade de Compliance do banco leva a cabo monitorias de conformidade para garantir uma estrita aderência aos regulamentos, políticas, procedimentos e práticas documentadas desenvolvidas pelo banco para garantir a continuidade das operações e ao mesmo tempo preservar a marca e reputação do banco.

16.3 APETÊNCIA PELO RISCO

16.3.1 DECLARAÇÃO DE APETÊNCIA PELO RISCO (DAR)

O Standard Bank define a sua apetência pelo risco para assegurar que alcance os seus objectivos estratégicos sem assumir níveis de risco que sejam demasiadamente elevados, considerando os interesses de todas as suas partes interessadas. Esta reflecte a capacidade para suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações à medida que estas se vençam, tanto em condições normais, como em condições de esforço. A declaração de apetência pelo risco (DAR) é composta por quatro dimensões:

- Capital regulamentar;
- Resultados sob esforço;
- Liquidez;
- Risco inaceitável;
- Capital económico.

Cada dimensão da apetência pelo risco tem dois níveis de fasquia definidos:

- **O factor de alerta da apetência pelo risco** serve como um factor desencadeador de aviso atempado. Torna em consideração o âmbito e a natureza das medidas da gestão a que se pode recorrer e assegura que as medidas correctivas da gestão podem ser aplicadas e impedir a quebra de um limite de tolerância ao risco.
- **O limite de tolerância ao risco** é o valor máximo que o banco está preparado para tolerar para além da sua apetência pelo risco.

Segue abaixo a declaração de apetência pelo risco:

Dimensão da DAR	Declaração	Dentro da Apetência pelo Risco	Excede a Apetência pelo Risco, mas está Dentro da Tolerância ao Risco	Quebra da Tolerância ao Risco
Capital regulamentar	Depois de absorver o impacto de eventos de esforço contidos nos cenários aprovados pela comissão de governação relevante e, se necessário, depois de levar em consideração o efeito de medidas de mitigação, o total do rácio de solvabilidade não deve ser menor que o rácio especificado, expresso em percentagem.	> 17%	15% - 17%	< 15%
Capital económico	O rácio de cobertura do capital económico para o perfil de risco corrente e futuro não será menor que o rácio especificado.	>1.15	1 - 1.15	<1
Resultados sob esforço	Depois de absorver o impacto de eventos de esforço contidos nos cenários aprovados pela comissão de governação relevante e, se necessário, depois de levar em consideração o efeito de medidas de mitigação, os resultados antes de impostos projectados sob esforço não devem cair mais do que a percentagem especificada comparativamente aos resultados antes de impostos orçamentados / projectados.	< 30%	30% - 40%	> 40%
Liquidez (medidas de esforço de curto prazo)	Os activos líquidos de alta qualidade serão suficientes para cumprir com o mínimo de requisitos regulamentares e para absorver possíveis saídas de caixa em esforço de liquidez tanto sistémico, como do banco em específico, e bem assim o efeito combinado num horizonte de curto prazo.	>105%	100% - 105%	< 100%
Liquidez (longo prazo)	O desfasamento estrutural de liquidez resultante do período de maturidade desfasado entre activos e passivos será mantido no nível da capacidade de desfasamento de liquidez (conforme definido na Política de Liquidez), garantindo recursos estáveis disponíveis para atingir o nível de demanda dos recursos estáveis requeridos.	>102.5%	100-102.5%	< 100%
Risco inaceitável	Envidar esforços para evitar exposição a eventos de risco inaceitáveis, tais como actividades que possam ter como consequência prejuízos para a reputação, actividades ilegais, violação dos regulamentos e violação de mandatos de clientes. Quando for identificado um evento de risco desta natureza, deve ser tratado com a devida urgência.	-	-	-

A apetência pelo risco (AR) é suportada por limites de tipos de risco específicos e indicadores de alerta que são consistentes com a tabela acima, por forma a garantir que as decisões do dia-a-dia não resultem em situações que possam ameaçar o cumprimento dos limites acima.

A política de apetência pelo risco do Standard Bank operacionaliza o conceito de apetência pelo risco, bem como define a estrutura de disseminação da mesma, descrevendo 3 níveis de AR:

- **Apetência pelo risco de nível 1:** são métricas quantitativas geralmente relacionadas com recursos financeiros disponíveis (capital e liquidez) e resultados em esforço (recursos futuros).
- **Apetência pelo risco de nível 2:** a AR de nível 2 providencia o desdobramento da AR de nível 1, para os tipos de risco. O nível 2 é definido de tal forma que possa ser acomodado na AR de nível 1. Alguns exemplos de AR de nível 2 desdobrados pelos tipos de risco incluem:

- **Dimensões de capital** – demanda de capital pode ser desdobrado para o nível de tipos de risco;
- **Resultados em esforço** – os resultados na componente de risco do indicador (perdas inesperadas) podem ser desdobrados para o nível de tipo de risco.
- **Apetência pelo risco de nível 3:** esta é definida como carteira de limites, que serve de base para os níveis 1 e 2 de AR. Estas métricas são definidas e monitoradas ao nível dos tipos de risco e são detidas pelos tipos de riscos. Os tipos de riscos são responsáveis por garantir que a carteira de limites definida a diferentes níveis do banco é consistente e são definidas e aprovadas nos níveis apropriados e são amplamente congruentes com as definições de AR de nível 1 e 2.

Os limites não são necessariamente adicionáveis ou matematicamente reconciliáveis. Os limites ou intervalos de metas são definidos para garantir que a performance vai de encontro com os níveis esperados/ aceitáveis.

O cumprimento da AR é monitorado numa base mensal e reportado ao Conselho de Administração trimestralmente. Esta abordagem garante que a deterioração do perfil de risco é oportunamente identificada e atempadamente remediada.

16.3.2 GOVERNAÇÃO DA APETÊNCIA PELO RISCO

A declaração de apetência pelo risco (AR) é da responsabilidade do Conselho de Administração e é revista anualmente, sendo as revisões efectuadas de acordo com as alterações de estratégia. Os limites e a tolerância ao risco aprovados pelas estruturas de governação do risco do Standard Bank.

A Gestão do Risco, em particular, tem um papel crucial em matéria de governação da AR:

- Gere o processo através do qual a AR é recomendada e aprovada e a utilização da AR é monitorizada, mas não gera todos os elementos que são necessários para determinar um nível apropriado de AR;
- Assegura a coordenação entre as unidades de negócio e as funções financeiras;
- Recomenda a aprovação da AR ao Conselho de Administração;
- Monitoriza o perfil de risco corrente e projectado das carteiras face aos factores desencadeadores da AR e aos limites de tolerância ao risco, tanto em condições normais como de esforço.

16.3.3 MONITORIA, REPORTE E RESOLUÇÃO DAS QUEBRAS

A gestão monitora o perfil de risco corrente e projectado sob esforço e sem esforço face a estes limites para identificar as quebras efectivas ou potenciais e tomar medidas correctivas.

As quebras dos factores desencadeadores da apetência pelo risco (desde que a tolerância ao risco não seja quebrada, com uma classificação laranja) podem manter-se durante períodos curtos enquanto a gestão aplica medidas correctivas adequadas para reduzir a posição de risco até aos níveis da apetência pelo risco (AR). O estado desejado é estar dentro do factor desencadeador da AR (com classificação verde). Uma quebra de um limite de tolerância ao risco (com classificação vermelha) obriga a medidas correctivas imediatas para reduzir a posição de risco até aos níveis de tolerância, excepto se for autorizada por uma comissão de governação mandatada pela Gestão do Risco e aprovada pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.

16.4 PRESSUPOSTOS DE ANTECIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

O Standard Bank, na sua relação financeira de concessão de crédito aos clientes, presta esclarecimentos aos seus clientes e fornece-lhes um plano de pagamento que possibilita, de forma simples e clara, a conferência da evolução da dívida, de acordo com as regras previstas no contrato assinado entre as partes. Também é obrigação da instituição fornecer ao cliente, aquando da formalização da operação, assim como mediante solicitação posterior, uma cópia do contrato firmado entre as partes.

No decorrer do contrato de financiamento, o cliente pode solicitar a alteração das condições do empréstimo ou optar por pagar o montante em dívida antes do prazo.

A acção de liquidação antecipada de empréstimos consiste na quitação parcial ou total de uma dívida, cujas prestações de crédito seriam recebidas mensalmente ou no período estipulado de acordo com a natureza do produto concedido e das condições do crédito, antes da sua maturidade.

A autorização para o reembolso antecipado da facilidade de crédito é sujeita, ou não, à uma comissão de penalização, em regra, determinada no contrato, considerando que o incremento adicional previamente esperado não será recebido nas datas futuras.

Verificam-se pagamentos antecipados no Standard Bank nos seguintes cenários:

- Manifestação de interesse de liquidação parcial ou total, das responsabilidades, por iniciativa do cliente; motivado por melhores condições obtidas de outros credores (instituições de crédito, acionistas, etc.) ou por estratégia financeira da empresa com excesso de liquidez.
- Manifestação de liquidação parcial ou total das responsabilidades, por iniciativa do Banco; decorrente da deterioração material, presente ou antecipada num futuro temporal previsível, da posição financeira, creditícia do cliente.

Não obstante a manifestação do pagamento antecipado ser da iniciativa do banco ou do cliente, reserva-se o banco o dever de verificação, controlo e diligência da origem dos fundos a serem usados para a liquidação antecipada do empréstimo.


PUBLICIDADE


QUIQMola

MAIS DINHEIRO PARA SI  
MAIS TEMPO PARA PAGAR  
ATÉ 250 MIL METICAIS PARAPAGAR EM SEIS MESES.


Aceda às plataformas, siga os passos e já está.

\*555#  
QuiQ

 NETPLUS

 NETPLUS APP

Termos e condições aplicáveis.



11

Standard Bank **É POSSÍVEL**





## SEGURO PLANO EDUCAÇÃO

# INVESTIR NO FUTURO DOS SEUS FILHOS É POSSÍVEL

**ADIRA JÁ AO SEGURO PLANO  
EDUCAÇÃO A PARTIR DE:  
308,00MT POR MÊS.**

- **Valor de Cobertura:**  
Mínimo: 10.000,00 MT/Ano  
Máximo: 500.000,00 MT/Ano
- **Período de Cobertura:** Entre 12 e 18 anos

Para garantir a continuidade dos estudos dos seus filhos, o Standard Bank desenvolveu o Seguro Plano de Educação, um seguro com o objectivo de o auxiliar nas despesas com a educação mesmo em situações de dificuldades financeiras\*.

Subscritor da Apólice:  
HOLLARD VIDA COMPANHIA DE SEGUROS MOÇAMBIQUE SA

\*Resultantes de ocorrências inesperadas, como são os casos de Morte, Invalidez Total e Permanente e Doença Crónica (Grave).

Standard Bank **É POSSÍVEL**